



**Ata da Sessão Ordinária da Assembleia  
Municipal do Concelho de Figueira  
Castelo Rodrigo, realizada no dia  
dezanove de dezembro de dois mil e  
vinte e três**

-----Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três pelas quinze horas, no Auditório do Pavilhão dos Desportos, comigo, Lucília de Jesus Patrício Velho, Técnica Superior da Câmara Municipal, compareceram os Senhores Deputados para a realização de uma sessão ordinária da assembleia municipal, convocada de acordo com os n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----A Senhora Sandra Monique Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal cumprimentou todos os presentes.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à sessão ordinária da assembleia municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, começando por fazer a chamada para saber se todos os Senhores Deputados estariam presentes e, que o Senhor Rui Miguel Marques Inácio, Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, iria auxiliar.-----

-----Assim, o Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal efetuou a chamada, tendo-se verificado a ausência do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vermiosa, António Júlio Morgado Rebelo, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cinco Vilas e Reigada, Nuno Miguel Marques Guerra e do Senhor Deputado Tiago Alexandre Gonçalves Simões.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal comunicou, que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vermiosa, António Júlio Morgado Rebelo, havia justificado a sua falta pelo falecimento do seu pai e do Senhor Deputado Tiago Alexandre Gonçalves Simões, por motivos profissionais.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal saudou a Senhora Maria de Lurdes Lopes Mendes Pereira que estaria a substituir a Senhora Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Mónica Isabel da Costa Marques, que assim o teria solicitado para aquela sessão da assembleia municipal.-----

-----Mais comunicou a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, que a Senhora Deputada Municipal Anabela Saraiva Pinto Coelho iria tomar lugar na Mesa da Assembleia Municipal como Primeira Secretária, em substituição da Senhora Deputada Mónica Isabel da Costa Marques, uma vez que se encontraria imediatamente a seguir na lista.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu ainda as boas-vindas à Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Telma Susana Ferreira Sousa Mano, a qual teria tomado posse recentemente, e que seria a primeira vez que estaria ali naquela Assembleia.-----

-----De seguida procedeu-se à abertura dos trabalhos desta sessão ordinária da assembleia municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

### -----**Ordem de Trabalhos**-----

#### -----**1. Período de Intervenção Aberto ao Público**-----

#### -----**2. Período de Antes da Ordem do Dia**-----

#### -----**3. Período da Ordem do Dia:**-----

##### -----**3.1. Propostas para conhecimento da Assembleia Municipal**-----

-----Proposta n.º 110/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Atribuição de Apoio Financeiro à ACRIALMEIDA - Associação de Criadores de Ruminantes do Concelho de Almeida para a Desinsetização de Bovinos.-----

-----Proposta n.º 127/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação - Avaliação Externa.-----

-----**3.2.** Apreciação da Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.-----

-----**3.3.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 111/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).-----

-----**3.4.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 112/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Participação do Município no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS).-----

-----**3.5.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 113/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Lançamento de Derrama.-----

-----**3.6.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 114/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP).-----

-----**3.7.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 118/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Proposta de Deliberação e submissão à Assembleia Municipal - Formas de Apoio às Freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações - União de Freguesias de Colmeal e Vilar Torpim – Protocolo de Cooperação.-----

-----**3.8.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 119/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Proposta de Deliberação e submissão à Assembleia Municipal - Formas de Apoio às Freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações - Freguesia de Escalhão – Protocolo de Cooperação.-----

-----**3.9.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 120/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Proposta de Deliberação e submissão à Assembleia Municipal - Formas de Apoio às Freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações - Freguesia de Mata de Lobos – Protocolo de Cooperação.-----

-----**3.10.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 125/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Proposta de Deliberação e submissão à Assembleia Municipal - Formas de Apoio às Freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações - União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia – Contrato de Comodato de Equipamento.-----

-----**3.11.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 126/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Juizes Sociais - Juízo de Competência Genérica de Figueira de Castelo Rodrigo.-----

-----**3.12.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 116/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Mapa de Pessoal para 2024.-----

-----**3.13.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 117/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Instrumentos Previsionais para o ano de 2024 – Orçamento Grandes Opções do Plano e Norma de Execução Orçamental.-----

-----**1. Período de Intervenção Aberto ao Público:**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu haver algum público presente, tendo perguntado se alguém pretendia inscrever-se para intervir naquela assembleia, o que não sucedeu, passando-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

-----**2. Período de Antes da Ordem do Dia**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados se pretendiam inscrever-se para intervir naquele ponto antes da ordem do dia, sendo que pela ordem de inscrição deu a palavra à Senhora Deputada Zélia Emília Salvado da Costa Morgado para que fizesse a sua intervenção.-----

-----A Senhora Deputada Zélia Emília Salvado da Costa Morgado fez a sua intervenção, tendo começado por cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Elementos da Mesa da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados Municipais e Excelentíssimo Público, e aproveitado igualmente para desejar a todos um bom Natal, principalmente com saúde e paz. De seguida referiu que, pretendia deixar ali dois apontamentos relacionados com o bem-estar das nossas populações, embora em vertentes diferentes. Assim, o primeiro diria respeito ao Programa de Apoio ao Idoso, que já contaria com quase dez anos de serviços prestados, o qual haveria sido publicado no Diário da República de 27 de janeiro de 2014, sendo dirigido, segundo o que diria o seu artigo terceiro das Disposições Gerais, a cidadãos residentes no seu domicílio, recenseados no concelho de Figueira Castelo Rodrigo, que se encontrem em situação de fragilidade económica ou social, serem maiores de 65 anos, com deficiência devidamente comprovada e doença prolongada. Salientou ainda que o artigo quarto reportaria para a situação económica, e o artigo décimo para as exceções e casos especiais, deixando em aberto caso a caso para o executivo municipal. Dito aquilo perguntou porque é que teria sido abordada por um idoso com mais de noventa anos residente no seu domicílio, com um cuidador com mais de sessenta e cinco, com limitações físicas, embora não tivessem carência económica, se não se poderia enquadrar nos casos a avaliar no âmbito do artigo décimo, claro que pagando os materiais, lâmpadas, fechaduras, o que

fosse necessário, necessitando apenas da execução das pequenas reparações referidas e previstas no programa. Mais disse que, aquela situação teria sido liminarmente recusada nos respetivos serviços camarários, sem avaliação do enquadramento familiar. Por outro lado, também haveria sido questionada por alguém que se encontraria e enquadraria nas condições do programa, mas que não estaria no seu domicílio aquando da chegada do técnico, pois não teria sido avisado nem do dia nem da hora da sua deslocação, o que lhe pareceria que haveria ali uma falha de comunicação. Quanto ao segundo apontamento, estaria relacionado com o elevado número de animais errantes no concelho, não só na sede mas também nas aldeias, e claro, ao recente envenenamento com alguma expressão de cães e gatos. Assim perguntou se com as novas instalações do Canil Municipal, não seria possível esterilizar e posteriormente libertar ou dar para adoção aqueles animais? Segundo teria sido informada não haveria verbas para anestesia. Também sublinhou que vagueariam animais com coleira, o que quereria dizer que teriam dono, o qual deveria juridicamente enquadrado, ser responsabilizado pela sua guarda e bem-estar, até porque aqueles animais se apresentariam famintos, e alguns deles com um certo grau de agressividade. A Senhora Deputada Municipal terminou a sua intervenção referindo, o lamentável estado da Estrada Nacional 332, que com o chegar do terceiro inverno desde que o presente executivo haveria iniciado funções, ainda se encontraria sem as marcações horizontais tão prometidas, o que representaria por si só um perigo latente, claro, que agora muito mais evidente pelo uso continuado naqueles dois anos, apesar de saber que teriam sido feitas diligências para a sua resolução, mas o facto é que aquilo que pareceria simples no início se teria mostrado muito mais complexo do que o previsto. Reiterou que naquele caso haveria que insistir, para que não ficássemos todos com um problema de consciência, se algum acidente grave ali acontecesse. Desejou ainda a todos uma boa tarde e boas festas.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção da Senhora Deputada Zélia Morgado e de seguida, e, igualmente, pela ordem de inscrição deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Figueira de Castelo Rodrigo, José Manuel Lourenço Ferreira que fez a sua intervenção, a qual se passa na íntegra neste documento por ter sido entregue à mesa:-----

-----" Boa tarde-----

-----Quero cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-Presidente, a Senhora Vereadora, a Senhora Presidente da Assembleia e os dois Secretários que constituem a Mesa. Cumprimento também todos os membros da Assembleia Municipal e publico presente.-----

-----Na minha breve intervenção como Presidente de Junta de Freguesia e membro desta Assembleia por inerência do cargo, quero aqui enaltecer a postura que este executivo municipal tem tido para os Presidentes de Junta, e pela convocatória para mais uma reunião a pedido do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal com os Presidentes e com os representantes de todas as Juntas de Freguesia do concelho, onde naquela última reunião foram debatidas as prioridades de cada uma das Juntas de Freguesia, e que naturalmente todos contributos dados serviram para elaboração do planeamento para o ano de dois mil e vinte e quatro, no sentido de acautelar e organizar o orçamento municipal, tendo em conta as propostas efetuadas pelos representante das freguesias do concelho.-----

-----O Senhor Presidente, como habitualmente faz em reuniões anteriores, tomou nota das prioridades de cada uma das Juntas de Freguesia, e estou certo que continuaremos a contar com apoio da Câmara Municipal como tem sido feito até agora. Eu, em meu nome pessoal e penso que posso falar em nome de todos os Presidentes de Junta, estamos muito gratos com esta relação de proximidade e cordialidade entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, que considero vital para o trabalho a desenvolver no concelho e na cooperação institucional.-----

-----Queria também acrescentar a esta minha intervenção, que a Junta de Freguesia e que eu próprio, já fiz uma reclamação às Infraestruturas de Portugal, por causa da Estrada Nacional 332 e pela 221, ao qual me foi respondido que as obras iriam iniciar e que a previsão do seu término seria em maio de 2024.-----

-----Termino desejando umas Boas Festas a todos.-----

-----Obrigado."-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Figueira de Castelo Rodrigo, José Ferreira e de seguida, e, igualmente, pela ordem de inscrição deu a palavra à Senhora Deputada Patrícia Daniela Gouveia Ferreira que fez a sua intervenção, a qual se passa na íntegra neste documento por ter sido entregue à mesa:-----

-----"Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal-----

-----Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal-----

-----Exmos. Senhores e Senhora Vereadores-----

-----Exmos. Senhores e Senhoras Presidentes de Junta-----

-----Exmos. Senhores e Senhoras Deputados da Assembleia Municipal-----

-----Exmos. Senhores e Senhoras-----

-----O final do ano aproxima-se e o tempo é de REFLEXÃO. Há que refletir o que foi este último ano e, no que toca a Figueira de Castelo Rodrigo, a sua evolução está à vista de quem quer ver. Foram muitos os projetos iniciados, executados e pagos, muita obra feita, muitas promessas cumpridas. Este Executivo conseguiu, mais uma vez, concluir até obras que há tanto tempo se encontravam paradas. Não sei se pela dificuldade que requeriam ou por pura incompetência dos que se diziam governar este concelho.-----

-----Mas nada melhor do que dar alguns exemplos:-----

-----Vimos finalmente concluídas as obras do Centro de Apoio e Acolhimento Empresarial, um projeto que vimos iniciado há muito, mas que não reunia condições para ser finalizado. Neste momento, este centro não tem só as obras finalizadas como acolhe 3 empresas que têm agora um teto para as suas produções.-----

-----Foram feitas obras de requalificação no Canil Municipal, que se encontrava num estado de degradação lamentável, para que fossem reunidas as melhores condições para acolher cães e gatos do nosso concelho.-----

-----A Assinatura do Contrato de Cooperação Interadministrativo para a reabilitação do Posto Territorial da GNR de Figueira de Castelo Rodrigo foi uma conquista muito importante para o este concelho. Esperamos assistir ao início das obras em breve, para que finalmente se possam dar as condições de trabalho justas.-----

-----Na área do turismo foram instalados os pontos Bike Station na Vila, essenciais para auxiliar todos aqueles que nos visitam de bicicleta e que percorrem todos os percursos e trilhos que passam por este concelho.-----

-----O Ecoparque de Castelo Rodrigo, destinado a viaturas ligeiras e autocaravanas, que foi inaugurado no feriado da Vila, vem, sem dúvida, facilitar e melhorar as condições a quem nos visita.-----

-----A substituição da iluminação cénica em Castelo Rodrigo e na ponte de Barca d'Alva, dois dos nossos maiores pontos turísticos, que para além da redução dos custos de consumo os vem tornar mais atrativos no período noturno.-----

-----No que toca à valorização dos nossos recursos, saliento a oportunidade que este executivo dá aos produtores deste concelho de mostrar e comercializar os seus produtos. Vimos isto na Feira de saberes e sabores – É cá da Terra, inaugurado no passado sábado.-----

-----No que diz respeito à SAÚDE, iniciou-se o projeto 'Diabetes em movimento', e também, o Seguro de Saúde Municipal continua a funcionar, abrangendo cada vez mais áreas de saúde para que seja possível chegar ao maior número de habitantes possível deste concelho. Bem sabemos que não tem sido fácil nem suficiente, dada a situação catastrófica que atravessa o nosso país na área da saúde. Temos, neste momento, apenas dois médicos, os dias sem médicos na urgência são cada vez mais e por isso SENHOR PRESIDENTE peço-lho, que não baixe os braços, peço-lhe que continue a lutar para trazer mais médicos para Figueira e se a solução passar por ir para a rua reivindicar os nossos direitos pode contar com a bancada do PSD desta assembleia municipal, lutaremos lado a lado por uma Figueira mais segura para os que cá vivem e para todos os que se quiserem cá fixar.-----

-----Senhor Presidente, aproveito, por tudo isto, a oportunidade de o parabenizar, a V. Exa. e ao seu executivo por toda esta obra feita e este trabalho árduo que sentimos calorosamente e com a gratidão de um povo que esteve anos sem vislumbrar progresso!-----

-----E, com isto, resta-me desejar a todos um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo.-----

-----Muito obrigada!"-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção da Senhora Deputada Patrícia Ferreira e de seguida, e, igualmente, pela ordem de inscrição deu a palavra ao Senhor Deputado Luís Ricardo Beato Pereira que fez a sua intervenção, a qual se passa na íntegra neste documento por ter sido entregue à mesa:-----

-----"Senhor Presidente da Câmara Municipal-----

-----Senhores Vereadores da Câmara Municipal, e aproveito para dar as boas-vindas à Senhora Vereadora, por ter tomado posse muito recentemente, em substituição do Senhor Vereador, Nelson Bolota.

-----Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal-----

-----Senhores Secretários da Mesa da Assembleia Municipal-----

-----Caros Membros da Assembleia Municipal-----

-----Estimado Público presente-----

-----Fazendo apenas um aparte, tenho que concordar com a primeira intervenção que foi feita, que tem a ver com a aplicação do Regulamento de Apoio ao Idoso. Ainda fiz parte da equipa que desenhou este apoio, que o pensou e que o tornou realidade. Também fiz parte, tal como o Senhor Presidente da Câmara e a atual Presidente da Mesa, da equipa que colocou toda a organização que hoje existe em campo, nomeadamente a aquisição do veículo, o seu apetrechamento, a designação dos trabalhadores para fazer parte dessa equipa. E a realidade é que as bases para aquele apoio naquela altura eram umas e hoje o concelho mudou diametralmente. Obviamente, as coisas estão muito diferentes e o Regulamento, quiçá, precisa de uma atualização nas suas premissas essenciais, nomeadamente a quem tem direito ao acesso ao apoio ao idoso. Eu vejo diariamente isso com os meus pais, pois é muito difícil contratar serviços em Figueira de Castelo Rodrigo, seja para o que for designadamente a nível de canalização e de pequenas obras. É quase impossível contratar alguém para pequenas obras na sua própria habitação, muito menos as pessoas idosas, que têm pouca literacia e conhecimento. Assim esses serviços, ainda que custeados a nível do material, são um verdadeiro apoio que se dá à população idosa, e pelo que Senhor Presidente desafio-o a repensar a aplicação do Regulamento, e abrindo-o mais à população, porque é verdadeiramente necessário, não só aqueles que são verdadeiramente necessitados, mas mesmo a todos os idosos do concelho possam aceder a esta realidade, porque é muito difícil aceder a certos serviços, e seria uma mais-valia que Figueira tem. E em boa hora o Executivo anterior não deixou cair este como deixou cair outros e muitas outras realidades no Concelho, manteve este apoio, e eu espero que o Senhor Presidente possa revê-lo se achar adequado, fazendo-o alargar no seu âmbito, até porque os custos associados para o município são poucos ou nenhuns a mais, do que aqueles que hoje comportam, claro, desde que não haja abusos e que a racionalidade do mercado e tudo esteja presente.-----

-----Começo então a intervenção prefaciando uma frase:-----

-----"O tempo e a maré não esperam por ninguém".-----

-----São palavras sábias que se passaram a aplicar ao dia a dia do nosso Concelho.-----

-----Após de anos e anos de marasmo, passámos para o frenesim que este Executivo imprimiu à gestão diária autárquica, dos quais, passados apenas três meses desde a nossa última Assembleia Municipal, tantas contas existem a prestar, tantas contas serão que mereceria repensar o cronograma destas sessões, já que nos moldes atuais não permite estabelecermos um debate sério dos temas mais estruturantes, como seria de interesse para todos, pois saio sempre destas sessões com a ideia de que havia certos temas que podiam ter uma discussão mais profunda e seriam certamente mais benéficos para todos a sua discussão.-----

-----Das contas a prestar, nos últimos três meses, destaca-se o arranque oficial do ano letivo e a aposta do Município em novas formas de promoção da atividade física e do desporto.-----

-----É de salutar, a promoção da saúde física e mental dos figueirenses, que na falta de melhor, deve ser promovida através destas ações destinadas dos 8 aos 80.-----

-----Destaca-se também a entrega de mais apoios à natalidade, já que mais 55 crianças nasceram no nosso Concelho, são poucas é certo, mas que são o futuro deste território, numa balança muito desequilibrada entre o deve e o haver, face ao desequilíbrio da pirâmide etária que conta já há uma década com mais de 2/3 de habitantes com idade superior a 65 anos. Os dados são verdadeiramente assustadores, em 2022 perdemos 102 habitantes contra apenas 33 nascimentos, pelo que a sangria continua a ser evidente e só poderá ser estancada através de um grande fluxo migratório, pelo que devemos abrir as portas deste Concelho a outras pessoas de outras nacionalidades sem medo ou estaremos verdadeiramente condenados à insustentabilidade, porque como já vimos, apesar de termos vindo a tentar inverter este ciclo, os nascimentos são um 1/3 das mortes que infelizmente todos os anos registamos.-----

-----Neste âmbito tem especial importância a aposta forte na Academia Figueira Sénior, no Programa de Apoio ao Idoso, o Cartão de Saúde Municipal, a Rede de Transporte da Cegonha e também no Protocolo Celebrado com a Fundação Dr. Álvaro de Carvalho, entre muitos outros, são ações que têm permitido devolver alguma qualidade de vida a esta franja que é a grande parte da nossa população, que são basicamente a maioria absoluta dos nossos residentes.-----

-----Queria também referir a aposta novamente no reforço dos laços com a Cidade de Wissous, uma Geminção histórica que temos e cujos frutos são bem patentes. Sr. Presidente, que já tem vindo a abraçar esta realidade há muitos anos, sabe que Wissous tem potencialidades fortes, tem empresários que têm muito poder económico e têm muita vontade de trabalhar com os figueirenses. Eu acho que é um dos caminhos que deve trilhar e é tentar trazer esse capital para o Concelho e tentar estabelecer ligações económicas e financeiras com os empresários locais, quer de Figueira, quer os de Wissous, colocá-los em contacto para ver se conseguimos estabelecer uma ligação direta àquela cidade que é a porta de entrada de Paris e que muito nos orgulha termos como cidade irmã.-----

-----Recordo o interesse também manifestado no passado pela Cidade Velha da Ilha de Santiago de Cabo Verde, em celebrar semelhante protocolo, que poderia servir de inspiração para Castelo Rodrigo se qualificar ainda mais, por serem demasiado evidentes as semelhanças entre essas duas localidades que desempenharam um papel importante na história do Reino Português, ainda que em épocas distintas.-----

-----Queria também referir aqui, como já foi dito por vários, a conclusão das obras de requalificação do Gatil e do Canil Municipal, que veio restaurar alguma dignidade aquele espaço, que não era mais que um depósito sem condições para os animais que eram recolhidos no nosso Concelho, e com a agravante de serem recolhidos nos Concelhos vizinhos e ali colocados ao abandono, quase. Certo é que só não seria um local de abandono porque temos excelentes funcionários que prestam funções lá e eu sei pessoalmente, por experiência própria, têm muito amor aos bichos que lá estão, porque senão era um verdadeiro, digamos, depósito para deixar os cães abandonados. Agora temos qualidade e temos capacidade de os receber.-----

-----Lutámos por ter equipamentos municipais. Não lutámos para os ter fechados durante anos como foi o caso das Piscinas Municipais Cobertas, mas devemos tê-los nas melhores condições de funcionamento, caso contrário mais vale não os ter.-----

-----Dou os parabéns ao Executivo Municipal por cedo ter percebido essa necessidade, tendo devolvido grande parte dos equipamentos que estavam ao abandono para uso de todos. Recordo, não é um nem dois, são vários equipamentos que o Executivo qualificou, capacitou e está a devolver a todos os figueirenses. Bem-haja.-----

-----Queria também referir as obras de limpeza na Ponte Medieval da Ribeira de Santa Maria de Aguiar, já bem perto do Parque Natural do Douro Internacional, que permitiu limpar décadas e décadas de incúria, retirando daquele lugar muita da fauna que tinha invadido o espaço e que colocava em perigo o próprio monumento.-----

-----Nestes três meses tanto se passou e se o Concelho parece de vento em popa, a realidade do País infelizmente é bem diferente.-----

-----E é bem diferente o estado de degradação dos serviços públicos prestados, especialmente no Interior e eu estranho muito é o silêncio da nossa oposição perante essa realidade.-----

-----Passámos de ter um dos melhores Centros de Saúde da região, para termos uma delegação de aldeia, sem desprimor para os funcionários e médicos que prestam lá o seu melhor trabalho. Passámos a ter um Centro de Saúde com dois médicos para 7.000 almas.-----

-----Como poderá um médico ser médico de família de 3.500 pessoas, 2/3 dos quais idosos, com problemas de saúde associados e ainda ter a capacidade de assegurar o serviço de atendimento permanente, que ocorre diariamente 24 horas.-----

-----É triste esta realidade, como é triste saber que todo o distrito passa dias sem urgência hospitalar no Hospital de referência Distrital, onerando os Bombeiros a fazer quilómetros e quilómetros na estrada, quando a distância já é tanta, para situações que necessitam de socorro imediato.-----

-----Infelizmente o estado de saúde é um pequeno reflexo do nosso estado atual, um país que se vende bem, mas que na realidade deixa muito a desejar. Talvez tenhamos o país que merecemos, apesar de eu querer acreditar o contrário.-----

-----Obrigado."-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Luís Pereira, e de seguida, e, igualmente, pela ordem de inscrição deu a palavra ao Senhor Deputado João Pedro Ruas Quadrado que fez a sua intervenção, tendo começado por cumprimentar a Senhora Presidente da Mesa, a Senhora e o Senhor Secretário da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, as Senhoras e os Senhores Vereadores e estimados colegas Deputados. A seguir dirigiu-se à Senhora Presidente da Mesa dizendo, que na última sessão teria sido aprovada a ata da sessão da assembleia municipal de dezembro de 2022, mas que seria a única que estaria publicada desde que haveriam iniciado funções iria fazer agora fazer dois anos, e portanto acharia que pelo bem da transparência, se deveria fazer um esforço para que pudessem ser tornadas públicas e aprovadas por todos.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado João Quadrado e de seguida, e, igualmente, pela ordem de inscrição deu a palavra ao Senhor Presidente de Junta da União das Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia, Carlos Alexandre Canotilho Coelho que fez a sua intervenção, a qual se passa na

íntegra neste documento por ter sido entregue à mesa:-----

-----"Exma. Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e demais Membros da Mesa -----

-----Exmo. Senhor Presidente da Câmara e demais Vereação, e votos de rápida recuperação para a Senhora Vereadora, Lúcia Lopes, registando com agrado a forma empenhada e dedicada como continua a acompanhar já todas as atividades da câmara que, como se constata, não têm sido poucas-

-----Senhores Vereadores e Senhora Vereadora Telma Mano seja bem-vinda-----

-----Exmos. Senhores e Senhoras Membros da Assembleia-----

-----Caras e Caros Figueirenses-----

-----Quería começar por expressar perante esta Assembleia, a minha profunda gratidão para com o Jorge Andrés Correia, ex-adjunto do Senhor Presidente da Câmara. Disse-lho particularmente, mas queria dizê-lo também publicamente. Aceito resignado a sua decisão, mas custa-me muito ainda hoje a compreendê-la, muito provavelmente por egoísmo da minha parte, e sendo certo que não há pessoas insubstituíveis, tenho para mim que a haver ele seria uma delas. Profissional competente, exímio e dedicado, educado e empenhado, e ainda mais motivador, sempre disponível para colaborar e ajudar. Que defende os seus com garra e determinação. Acérrimo defensor do seu torrão natal. Decidiu que queria mais para a sua vida. Boa sorte, e da minha parte, bem-haja pela tua entrega e generosidade à causa pública.-----

-----Contudo, o objetivo da minha intervenção hoje prende-se mais com uma breve análise ao nosso Orçamento, que apesar de ser um documento de intenções, boas para uns menos boas para outros, tem a função de ajudar a projetar a forma como se pretende investir as verbas que o município tem ao seu dispor, para gerir com base nas suas parcas fontes de receita. Só sabendo o que se recebe, se pode prever o que investir, depois de subtrair as despesas fixas, tendo ainda em conta os investimentos não concretizados num só ano e que constam obrigatoriamente do plano plurianual, ou seja, tomando como referência vários anos. É também por serem parcas e escassas essas fontes de receita que é preciso arriscar, inovar e procurar incessantemente novas formas de investimento, socorrendo-se das inúmeras candidaturas que de vez em quando tão bons frutos têm trazido ao nosso Concelho. E quanto a isso, conhecendo-o como conheço, sei que não dará descanso aos técnicos municipais na preparação dessas candidaturas agora que os projetos, aos poucos e poucos, vão estando concluídos.-----

-----Para 2024 prevê o Executivo Municipal que as receitas e as despesas totalizem quase 21 milhões de euros, ou seja, um aumento de 5 milhões de euros em relação ao Orçamento do ano passado. Parece efetivamente muito, mas não é, se tivermos em conta, o que se pretende fazer. Depois de uma leitura mais atenta e pormenorizada, ao já de si muito explícito, reforço, ao já de si muito explícito documento que sustenta este Orçamento municipal, facilmente se constata que este é de facto um Orçamento ambicioso, mas ao mesmo tempo rigoroso, arrojado o quanto baste, mas equilibrado, mas acima de tudo responsável e, acrescentaria eu, exequível. Saibamos nós unir esforços e colaborar, aprovando obviamente este orçamento, garantindo desta forma que o Executivo Municipal vai conseguir dar respostas às necessidades dos seus munícipes e qualidade de vida à nossa população, promovendo o progresso do nosso Concelho, mesmo em tempo de grandes incertezas, como é este que estamos a viver.

-----Já muito se fez com menos.-----

-----Liquidaram-se responsabilidades antigas, muito antigas até, avançaram obras que estavam encahadas, recuperaram-se equipamentos.-----

-----É com enorme satisfação que hoje em dia ouço noutras localidades vizinhas o que não ouvia há muito sobre a nossa terra. Há dinamismo, há ação, há eventos agregadores e que fazem aumentar a autoestima coletiva e que, acima de tudo, colocam sorrisos rasgados nos miúdos, mas também nos graúdos. Ouço lá fora dizer, mas constato aqui diariamente, que este município paga a tempo e horas a todos os fornecedores, paga a tempo horas os apoios aos agricultores, aos comerciantes, aos empresários, à natalidade. Estão todos, todos, todos, e não só alguns, pagos. E estão pagos porque estão contemplados neste Orçamento, porque como muito bem afirma no documento que suporta este Orçamento, a coerência, a verdade, o rigor, a transparência na governação e o dever de informação aos munícipes foram e serão sempre uma constante em todo o mandato autárquico.-----

-----Ódio escreve-se com quatro letras, mas amor também.-----

-----Mentira tem sete, verdade também.-----

-----Chorar tem seis letras, sorrir também.-----

-----Negatividade tem doze, mas positividade também.-----

-----Mal compõe-se com três letras, mas bem também.-----

-----Caras e Caros membros desta Assembleia-----

-----Caras e Caros Figueirenses-----

-----A vida têm sempre dois lados, duas perspetivas. Saibamos nós escolher o melhor dela.-----

-----Senhor Presidente da Câmara-----

-----Diz muitas vezes que quem ama cuida.-----

-----Que este Orçamento o ajude a continuar a cuidar do nosso Concelho de que tanto se orgulha. E isso nota-se na forma empenhada e dedicada com que diariamente se dedica ao trabalho incessante em prol do nosso Concelho, até nas pequenas coisas, até nos pequenos atos.-----

-----Não podia terminar esta minha intervenção sem antes lhe dar os parabéns a si e ao Executivo Municipal, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, pelo arrojo da iniciativa "É Cá da Terra - Feira de Saberes e Sabores".-----

-----Aproveito para o citar: "O sucesso desta iniciativa será o sucesso dos produtores do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo".-----

-----Depois da primeira edição, estou certo de que estamos no caminho certo para valorizar ainda mais os nossos produtos endógenos e, conseqüentemente, a nossa agricultura. Porque, tal como diz, Figueira de Castelo Rodrigo foi, é, e será sempre um Concelho orgulhosamente de base agrícola.-----

-----Dia seis de janeiro, dia de Reis, com as afinações necessárias venha de lá, então, essa segunda etapa dedicada ao vinho, à jeropiga, à ginjinha e aos licores rumo à prometida Feira Agrícola Transfronteiriça em outubro próximo.-----

-----Tenzin Gyatso, conhecido como o 14º Dalai Lama do Tibete, afirmou certo dia que o mundo seria melhor se todos entendessem isto: " Se puder, ajude os outros. Se não puder, ou menos, não lhes faça mal".-----

-----Votos de um Santo e Feliz Natal.-----

-----Disse".-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente de Junta da União das Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia, Carlos Coelho, tendo de seguida perguntado se mais alguém pretendia inscrever-se para intervir naquele ponto e, de imediato dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo-lhe sido dada a palavra.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel Martins Condesso, iniciou a sua intervenção por cumprimentar a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e os restantes Membros da Mesa, o Senhor Vice-Presidente, as Senhoras Vereadoras e o Senhor Vereador, as Senhoras e os Senhores Deputadas Municipais, e também o público ali presente.-----

-----De seguida disse que haveriam sido colocadas algumas questões, as quais teria todo o gosto como sempre em responder, para que as Senhoras e os Senhores Deputados ficassem esclarecidos mas também informados, para que pudessem informar quem lhe tivesse colocado aquelas questões.-----

-----Assim e relativamente às intervenções proferidas naquele período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, haveria começado por falar da intervenção da Senhora Deputada Zélia Morgado, a qual teria feito algumas questões relacionadas com o Regulamento de Apoio ao Idoso. Como tal referiu da mesma forma que o Senhor Deputado Luís Pereira também o haveria mencionado, que aquilo que seria o Regulamento de Apoio ao Idoso estaria naquele momento a ser revisto e simplificado, para que pudesse ter uma aplicabilidade muito mais rápida, porque efetivamente aquele regulamento já seria muito antigo, uma vez que teria sido feito no último mandato do executivo do PSD, e que precisaria ali de algumas afinações. Quanto à questão colocada de que existiria um cidadão de noventa anos que não teria sido contemplado com aquele serviço, esclareceu que contactado naquele momento os serviços, através da Senhora Vereadora que teria aquele pelouro, não constaria nenhuma entrada de nenhum cidadão ou cidadã com qualquer pedido que tivesse aquela idade. Contudo disse à Senhora Deputada, que agradeceria que no final daquela sessão fizesse chegar aquela informação, para que se pudesse falar com as técnicas e caso o problema existisse que fosse resolvido, porque aquele executivo não discriminaria ninguém. Destacou que o Regulamento de Apoio ao Idoso estaria em pleno funcionamento, e a cumprir as normas que nele estariam consagradas, pois disso não fugiriam tal como no passado, que seria uma gestão ad hoc, onde haveria uma atribuição do valor até €150,00 (cento e cinquenta euros), para pessoas com 65 ou mais anos bem como para pessoas com deficiência, mas que existiriam bases de chuveiros de quase €5.000,00 (cinco mil euros) que teriam sido atribuídas com base naquele programa. Mais ressaltou que aquele serviço estaria a funcionar, e que a situação ali referenciada seria completamente desconhecida quer para o executivo quer para as técnicas do município, as quais já teriam feito chegar a listagem com todos os pedidos, e que aquele caso não constaria nela. Saliou também que, na situação relativa ao cidadão em que lá teria ido um funcionário a sua casa e que não se encontraria lá, a sua obrigação seria voltar ou então avisar a pessoa, mas que iria tentar saber qual teria sido o funcionário, não que o pretendesse culpar, mas para que fosse a

casa do cidadão e resolvesse o problema que existisse. Mais disse que relativamente ao apoio ao idoso, as câmaras municipais não estariam nem poderiam estar isentas de regulamentos, e, que por mais que simplificado fosse aquele procedimento, teria sempre que se fazer um requerimento à autarquia e estar destinado para pessoas, pelo menos o que estaria em vigor, com mais de 65 anos, problemas com deficiência, mas também teria como base de avaliação os rendimentos. Naquele sentido o Doutor Carlos Branquinho, Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e Sociocultural, já estaria a redigir com a ajuda do consultor jurídico do município, o regulamento que tornasse o funcionamento do Regulamento de Apoio ao Idoso mais célere e menos burocrático, que seria isso que se pretenderia. Por outro lado, o Senhor Deputado Luís Pereira também haveria falado, do quanto seria difícil de encontrar em Figueira de Castelo Rodrigo, quem resolvesse algumas situações de canalização, de electricidade, o que seria verdade, e que todos sentiriam aquele problema, o qual já não surgiria de hoje. Na sua opinião seria preciso incentivar as pessoas ao empreendedorismo e a serem empreendedoras, porque as câmaras municipais teriam que fazer o papel social, mas também não poderiam secar aquilo que seria a atividade empresarial, uma vez que teria conhecimento que os poucos que existiriam não conseguiriam chegar a todo lado. No entanto, e relativamente ao Apoio ao Idoso frisou que estaria a funcionar, pois todos os casos que teriam sido apresentados e segundo a informação da Senhora Vereadora, é que dos processos todos teriam sido distribuídos pelas técnicas, e que apenas três haveriam sido recusados porque teriam rendimentos muito elevados. Quanto ao Canil Municipal, informou as Senhoras e os Senhores Deputados que as obras estariam concluídas e vistoriadas pela Direção-Geral de Veterinária, e como tal já se encontraria em condições de ser inaugurado no próximo mês de janeiro. Sublinhou também que todos os presentes saberiam quais as condições que teria aquele canil municipal, uma vez que haveria sido construído no anterior mandato ou mandatos do Partido Social Democrata, em que seria Presidente de Câmara o Doutor António Edmundo Ribeiro, apesar daquela situação nada ter a ver com o partidos, mas a verdade é que já teriam passado vários anos, e nunca ninguém haveria querido olhar para as condições físicas em que aquele canil teria para com os animais. Mais disse que, uma das primeiras visitas que aquele executivo municipal teria realizado haveria sido ao Canil Municipal, e como tal logo teria constatado que não estaria adaptado aquilo que seriam as necessidades dos animais, nomeadamente dos cães e dos gatos. Perante tal situação, haveriam lançado mãos à obra com a elaboração do projeto, lançamento do concurso e execução das obras, as quais naquele momento já se encontrariam concluídas, o espaço adaptado, devidamente vistoriado e pronto para ser inaugurado. Evidenciou que aquela seria a diferença entre quem falaria e quem faria. Em relação aos animais explicou, que durante o período da obra teria havido alguns constrangimentos, obviamente, quer para aqueles que já estariam no canil, mas também ao nível de recebimento de mais animais para aquele local. Recordou que aquele canil estaria a receber cães de mais municípios, porque existiria um protocolo que teria sido assinado pelo anterior executivo para receber animais de Torre de Moncorvo, Pinhel, Almeida e Freixo de Espada à Cinta. Assim a primeira comunicação que teria sido feita, foi dizer a esses municípios que em face do canil municipal estar em obras que não se iria receber mais cães, pois até para os que teriam sido

recolhidos no concelho haveria sido complicado resolver a situação, uma vez que teria havido a necessidade de ter que os andar a mudar de um lado para o outro, para que pudessem vir a ter mais conforto. Disse ainda que os funcionários que lá trabalhariam seriam pessoas responsáveis, e que teriam feito aquela mudança com todo o cuidado, tal como o executivo municipal teria tido a oportunidade de constatar na visita realizada. No que diria respeito à esterilização referiu que seria uma das soluções, a qual já estaria a ser feita apenas para os animais que se encontrariam no canil municipal, e não para os dos proprietários, porque para esses casos é que serviriam as clínicas privadas. Aproveitou também para comunicar à Senhora Deputada Zélia Morgado, que apesar de lhe terem dito que não haveria verbas para anestesia, teria sido contactada naquele instante por mensagem a funcionária que seria responsável pelo Canil Municipal, a Engenheira Lúcia Afonso, a qual ter-lhe-ia dito, que nunca haveria sido recusada nenhuma esterilização aos cães que estariam no canil. Mais solicitou à Senhora Deputada que não pretenderia que o dissesse ali, mas que lhe agradeceria que lho transmitisse no final daquela sessão, para que pudesse informar aquele cidadão ou cidadã que lhe poderia ter dito aquilo, porque nunca teria faltado nada naquele canil, nem ao nível da alimentação, higiene, nem anestesia para quando fosse preciso fazer a esterilização. Salientou também que outro assunto seriam os cães vadios, em que os cidadãos teriam que ter a responsabilidade dos seus cães e dos seus gatos, o que não aconteceria muitas vezes, pois deixariam os animais ao abandono. Explicou que na maioria dos casos teriam que ser os funcionários do canil a irem buscar os animais, e depois verificar-se-ia que estariam chipados e que teriam dono. Assim disse que haveria cidadãos, que para não terem que se dirigir ao canil para registarem o seu cão e terem que pagar as respetivas licenças, as quais seriam mínimas, atirariam os cães pela rede para dentro do canil, o que denotaria uma grande falta de civismo. Também esclareceu que o dinheiro para esterilização nunca teria faltado, pois o veterinário municipal faria a informação e seria o Senhor Vice-Presidente que as despacharia, mas julgaria que nunca teria vetado nenhuma, porque quando se apostaria num canil novo e se queriam melhores condições para os animais, não seria por uma simples requisição de anestesia que poria em causa a esterilização dos cães. Por outro lado também mencionou, que o que estaria articulado e preparado com a Engenheira Lúcia Afonso, e que só se estaria à espera de algum equipamento profissional, para que o município dotasse o canil de novas tecnologias, mas igualmente que se apostasse na realização de ações de sensibilização junto da população, as quais iriam ser muito importantes. Nesse âmbito realçou que a população também teria que dar o seu contributo naquilo que seria o tratamento dos animais e o seu bem-estar. Assim sendo e resumindo aquela questão, no mês de janeiro o canil já iria estar aberto com melhores condições e munido com sala de esterilização própria, bem como com salas para os técnicos, mas também teria um espaço para gatos, um espaço exterior que para além de ter passado para o dobro estaria coberto, dando assim melhores condições e conforto aos animais, as quais já não existiriam. Relativamente à questão que estaria relacionada com o lamentável estado em que se encontraria a Estrada Nacional 332, teria dito mesmo que seria uma vergonha. De seguida haveria questionado de quem é que seria a responsabilidade daquela vergonha, pois na sua opinião a Senhora Deputada Zélia Morgado, noutros fóruns que não naquele como por exemplo no Ministério das Infraestruturas, o qual continuaria a ser tutelado por um membro do

Partido Socialista, deveria dizer que seria uma vergonha que depois de tantas reclamações feitas pela Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo e da Câmara Municipal de Almeida, mas também pelos cidadãos do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, que as respostas que haveriam sido dadas teriam passado por há dois meses atrás, em que a estrada seria considerada como prioritária e que iria entrar em obras, as quais ficariam concluídas até ao final de 2023, mas como tal não se teria concretizado haveriam enviado outra resposta, e da qual teria lido o parágrafo final: " Deste modo, prevemos que o troço da EN 332 entre a localidade de Almendra e de Vilar Formoso, será alvo de intervenção de marcação rodoviária no primeiro ano do atual contrato de sinalização e segurança, prevendo-se a execução dos trabalhos até maio de 2024". Mais transmitiu à Senhora Deputada que todos estariam fartos de ser enganados, pois as Infraestruturas de Portugal já haveriam indicado várias datas, e só Deus saberia se aquela seria a última a ser marcada, mas que a responsabilidade não seria da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo. Reiterou ainda que as Infraestruturas de Portugal já haveriam recebido, mais de meia centena de reclamações entre as oficiais, a dos funcionários municipais e as de quem o executivo municipal teria pedido. Naquele sentido, também haveria solicitado aos Senhores Deputados da bancada do Partido Socialista, que também no portal próprio fizessem as suas reclamações, para que assim aparecessem mais pessoas a reclamar, pois poderia que se fizesse alguma luz lá pelos lados do Ministério das Infraestruturas de Portugal. Reforçou assim a ideia de que não seria lamentável mas uma vergonha, que já se tivesse cortado junto as bermas por três vezes, preparado a estrada para ser colocada a sinalética vertical, e depois não se ter avançado com a obra a qual se consideraria como prioritária para aquele ano, tendo sido gasto dinheiro por duas vezes para a implementação do mesmo processo, para além dos contactos que haveriam sido realizados e das respostas que teriam sido sempre de adiar, em que na última haveria sido apontada a data para que os trabalhos se concluíssem até maio de 2023. Destacou que com aqueles adiamentos já se teria passado um inverno rigoroso, com o qual sempre se viveria naquela região, colocando em perigo a vida dos cidadãos. Mais referiu que o executivo municipal teria estado a fazer o seu trabalho, bem como esperaria que todos os outros interessados também o fizessem, solicitando a quem tivesse competência, que executasse aquelas obras que tão importantes seriam naquela estrada, que ligaria Almendra para lá do cruzamento de Vilar Formoso chegando quase até à entrada do concelho do Sabugal, pelo que haveria muito movimento. Por outro lado a própria GNR - Guarda Nacional Republicana, tanto que já teria falado com o Comandante Distrital, sempre que houvesse um acidente comunicariam para as infraestruturas de Portugal, para dizer que efetivamente naquela estrada e nomeadamente ali numa curva ao pé da cerâmica haveria sempre acidentes. Também disse que o município gostaria que aquela estrada estivesse em melhores condições, mas que realmente seria mais do que o adiar o melhoramento daquela estrada, mas de igual forma de muitas outras situações para as quais não se quis alongar, porém aquela seria uma questão que a todos deveria deixar preocupados e que seria o atraso, o empurrar com a barriga e a obra que não começaria.-----

-----Quanto à intervenção da Senhora Deputada Patrícia Ferreira disse, que se haveria referido a várias obras que estariam a ser feitas, mas também à questão da falta de médicos para Figueira de Castelo Rodrigo, da qual iria falar mas à frente. Mais disse que o executivo municipal não estaria a fazer mais que a sua obrigação, uma vez que teriam sido eleitos para fazer e não para prometer e bater nas costas, ou então para fazer política do faz de conta. Reiterou assim que estariam ali para fazer obra e aquilo que não haveria sido feito mas que já o teriam realizado, aquelas que já estariam a executar e as outras que seriam para a projetar, as quais posteriormente iriam ser devidamente explicadas relativamente ao seu decurso, conclusão e até o valor que já teria sido investido naquelas obras.-----

-----De seguida falou na intervenção do Senhor Deputado Luís Pereira, o qual se teria pronunciado quanto ao Regulamento de Apoio ao Idoso o qual estaria a ser simplificado, apesar de saber do trabalho que o Senhor Deputado haveria tido na sua elaboração e que na altura se adaptaria, mas que atualmente se encontraria obsoleto, e que já ali teria dado informação sobre aquela situação. No que diria respeito aos temas em que seria necessário mais tempo para serem discutidos e de forma mais profunda, teria dito à Senhora Presidente da Assembleia e às Senhoras e Senhores Deputados, que estaria disponível para debater o que quer que fosse, à hora que fosse e pelo tempo que fosse necessário, porque aquilo que seria uma das marcas da governação daquele executivo, seria a transparência e a prestação de toda a informação aos membros daquela assembleia municipal, mas também a toda a população do concelho. Assim sendo mencionou que quando aquela Assembleia quisesse e, em conjunto com todos naturalmente, se mostraria disponível para discutir temáticas que fossem importantes para o concelho. Por outro lado também se teria referido aquilo que seriam os apoios à natalidade, e depois da diferença entre os cidadãos que infelizmente morreriam e daqueles que nasceriam, pois o problema demográfico seria muito grave e um dos principais do País e até da Europa. Naquele sentido haveria lembrado ali, que nos últimos censos que teriam sido realizados em 2021, o concelho haveria perdido 17,7% da sua população, o que equivaleria a ter sido o segundo concelho que mais população teria perdido, o que seria muito preocupante, mas que quem teria que ter medidas e políticas públicas para inverter aquela situação seria a Administração Central. Sublinhou que a câmara municipal apenas incentivaria e daria um pequeno contributo ao apoio à natalidade já haveria muitos anos, mas que não seria aquele apoio que faria com que os cidadãos de Figueira de Castelo Rodrigo ou de outro concelho tivessem mais filhos, e que o próprio o admitiria e diria aquilo. Ressalvou que o problema demográfico deveria preocupar o País, e como se estaria a aproximar uma campanha eleitoral, esperaria que os candidatos a Primeiro-Ministro colocassem o problema da demografia e a coesão territorial a par da saúde, em primeiro lugar.-----

-----No que diria respeito à questão que o Senhor Deputado João Quadrado teria formulado, disse que obviamente algo se passaria com as atas da assembleia municipal, mas que seria da competência da Senhora Presidente da Assembleia e da Mesa, mas que aparecessem assim que estivessem redigidas, porque seria bom para a transparência.-----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Presidente de Junta da União das Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia, Carlos Coelho, o qual teria agradecido todo o trabalho desenvolvido pelo executivo municipal, aproveitou para ali retribuir em dobro os agradecimentos a todos

os Presidentes de Junta, os quais haveriam feito obra nas suas aldeias, bem como teriam sido os obreiros do desenvolvimento e do que estaria a acontecer nas suas freguesias. Assim sendo, os parabéns que haveriam sido dirigidos ao executivo, devolveria com o seu agradecimento e também com os parabéns por todo o trabalho que estariam a realizar. Por outro lado haveria falado das obras e da iniciativa “É Cá da Terra - Feira de Saberes e Sabores”, a qual estaria muito próxima de todos, porque tal como teria dito o Senhor Presidente de Junta, o concelho seria de base rural. A seguir explicou que aquela iniciativa seria construída por um ciclo de eventos, em que a primeira edição teria tido muito sucesso, com o qual o próprio executivo municipal haveria ficado surpreendido, porque efetivamente se teria orgulho daquilo que seriam os produtores, os produtos de um concelho que seria essencialmente de base agrícola e que não valeria a pena inventar mais. Também realçou a adesão que teria existido por parte quer das freguesias, das associações e de todos os restaurantes que se haveriam associado, tendo destacado que teria tido a oportunidade de ter ido a dois deles e de ter comido alguns dos produtos confeccionados, com base naquilo que teriam sido os produtos reis daquela primeira edição. Reiterou igualmente os agradecimentos a todas as juntas de freguesia e associações que teriam participado, a quem teria visitado aquela iniciativa e contribuído para que tivesse tido aquele sucesso, mas também para quem teria tido a incumbência e passada aquela responsabilidade de a organizar, que haveria sido às técnicas contratadas pela Plataforma da Ciência Aberta, a qual estaria ligada ao município, que em conjunto com o Gabinete de Apoio ao Presidente e de alguns funcionários das Oficinas Municipais, teriam conseguido em pouco tempo erguer aquele evento “É Cá da Terra e se é Cá da Terra é Bom”.

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel Martins Condesso, terminou a sua intervenção dizendo, que julgaria ter respondido como sempre às questões que lhe haveriam sido colocadas.

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo passado ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

### -----**3. Período da Ordem do Dia:**

#### -----**3.1. Propostas para conhecimento da Assembleia Municipal**

-----**Proposta n.º 110/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Atribuição de Apoio Financeiro à ACRIALMEIDA - Associação de Criadores de Ruminantes do Concelho de Almeida para a Desinsetização de Bovinos.**

-----**Proposta n.º 127/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação - Avaliação Externa.**

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal perguntou, se algum dos Senhores Deputados pretendia inscrever-se para intervir naquele ponto, o que não sucedeu, pelo que passou de imediato ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

-----**3.2. Apreciação da Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu de seguida, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre o assunto em apreciação.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por endereçar os seus sentidos pêsames ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vermiosa, António Júlio Morgado Rebelo, bem como a toda a família pelo falecimento do seu pai, o qual já haveria tido a oportunidade de o fazer via telefone, mas que o faria ali também, uma vez que seria um membro da Assembleia Municipal e um político que pertenceria aquela família dos Presidentes de Junta que ali teria assento por inerência, mas que por esquecimento não o teria referenciado anteriormente.-----

-----Relativamente aquela informação do Presidente da Câmara para a Assembleia Municipal, haveria iniciado por referir ali um tema que já teria sido abordado e que nos deveria mobilizar e unir a todos, e que estaria relacionado com aquilo que seria a falta de cuidados de saúde acima de tudo no concelho, depois com o hospital de referência que seria o Hospital Distrital da Guarda e até ao problema do país. Mais disse que quanto aquilo que estaria a acontecer em Figueira de Castelo Rodrigo, haveria reforçado novamente a ideia de que não seria lamentável mas uma vergonha, e que como tal teria de haver uma revolta por parte da população, porque os cidadãos daquele concelho não seriam tratados como cidadãos de primeira, sendo assim muito difícil para os médicos e para os profissionais do Centro de Saúde de Figueira de Castelo Rodrigo que conseguissem desempenhar um bom trabalho, quando apenas estaria uma médica e um médico naquele momento, a prestar serviço naquele Centro de Saúde para cinco mil e quinhentos utentes que se encontrariam inscritos, não havendo já capacidade de resposta. Destacou que os utentes inscritos seriam mais que a população existente, uma vez que alguns deles viveriam em Almendra e outros que estariam a residir fora. Por outro lado, referiu que a falta de médicos no concelho teria trazido muitos constrangimentos à população, ou seja, a quem precisaria de socorro, mas que haveria ficado ainda mais preocupado naquela semana quando teria tido a informação, a qual até aquele momento não estaria validada pela entidade, que para além de só existirem dois médicos, aqueles médicos que seriam contratados por uma empresa para virem a prestar serviço a Figueira de Castelo Rodrigo poderiam num futuro próximo já não vir mais, e se tal viesse a acontecer, se a urgência já estaria fechada na maior parte dos dias passaria a estar encerrada todos os dias, porque só dois médicos não conseguiriam fazer vinte e quatro sobre vinte quatro horas mais vinte e quatro sobre vinte quatro horas, e que portanto se houvesse ali uma tentativa de piorar aquilo que já estaria, que seria fechar o SAP - Serviço de Atendimento Permanente no período noturno, então ainda mais prejudicada iria ficar a população do concelho. Salientou que já haveria sido alertado por dois médicos responsáveis por dois centros de saúde para aquela situação, e como tal teria que se estar muito atento. Evidenciou igualmente que mesmo com a atual situação haveria um problema, pois mesmo com a urgência fechada, dois médicos não conseguiriam fazer consultas à população nem prescrever os exames nem os medicamentos que necessitariam, o que a faria com que as pessoas se estivessem a deslocar do Centro de Saúde para o serviço do Cartão Municipal de Saúde, o que já estaria a causar constrangimentos a um serviço que seria complementar ao Serviço Nacional de Saúde, e que naquele instante se substituiria ao Serviço Nacional de Saúde, uma vez que as filas que antigamente haveria no

Centro de Saúde teriam passado para o serviço do Cartão de Saúde. Sublinhou ainda que existiriam cerca de cem receitas por passar, mas que naquele momento aquela situação já estaria regularizada com a ajuda do Centro de Saúde e da Doutora Glória Pinto à qual agradeceria. Também realçou que haveria exames que não seriam prescritos atempadamente, porque as pessoas deslocar-se-iam ao Centro de Saúde mas como não teriam consulta iriam para o Cartão de Saúde, o que já estaria a causar muitos constrangimentos. A seguir apresentou os dados daquilo que seria, no fundo o consumo e a utilização do serviço do Cartão de Saúde que teria sido prestado, uma vez que estaria classificado como sendo uma prestação de serviços sujeita a um concurso público, onde seriam contratualizadas consultas médicas, análises clínicas, exames e medicina dentária. Perante tal situação teria alertado para o estado de quase ruína e de agonia em que se encontraria o Serviço Nacional de Saúde, o que teria levado a que a verba que deveria ser gasta em praticamente dois anos, e que estaria contratada com a empresa que haveria ganho a prestação de serviços, já teria sido quase atingida passado um ano, tendo apresentado alguns exemplos como os das consultas médicas, em que o limite seriam nove mil oitocentas e uma e já teriam sido feitas três mil oitocentas e oito, o que refletiria uma utilização de 31,20% mas também o das análises clínicas, em que haveriam sido estipuladas vinte e oito mil seiscentos e uma e já se teriam realizado vinte e nove mil quinhentas e quarenta, o que equivaleria a 103%, pelo que já teria sido esgotado, contudo aquelas análises não iriam deixar de ser feitas, porque haveria a possibilidade de se reajustarem aqueles serviços através daqueles onde houvesse menos procura, o qual já teria sido efetuado. Quanto aos exames complementares de diagnóstico realçou que em mil setecentos e um dos que estariam estabelecidos já se teriam realizado mil duzentos e noventa e sete, pelo que se encontraria a 76,24%, mas onde se estaria mais equilibrado seria na medicina dentária, uma vez que as pessoas teriam tratado dos dentes, estando apenas a 24,77% da sua utilização. Assim sendo explicou que ao dizer tudo aquilo que teria dito, pretendia alertar e informar que a quase falência do Serviço Nacional de Saúde, estaria a pôr em causa ou pelo menos o normal funcionamento do serviço do Cartão de Saúde Municipal. Deu ainda nota que o mais grave de toda aquela situação seria, se alguém estivesse doente ou se sentisse mal possivelmente iria ser examinado no Hospital da Covilhã, de Viseu ou até de Bragança, o que levaria a um grande tempo de espera e a que as ambulâncias tivessem que percorrer muitos quilómetros para que se conseguisse prestar a primeira assistência, uma vez que o Hospital da Guarda já há muito tempo que estaria com problemas, os quais se teriam agravado obviamente com a greve dos médicos. Mais disse às Senhoras e aos Senhores Deputados de uma forma clara, que esperaria que não houvesse ali uma tentativa de esvaziamento do Hospital da Guarda em detrimento do da Covilhã, pois se as coisas ao nível dos cuidados de saúde na Covilhã estariam melhores que na Guarda e se as coisas em Viseu estariam melhores que no Hospital da Guarda, então empunhar-se-ia perguntar o que é que se passaria com o Hospital da Guarda, a qual seria uma explicação que nunca se haveria dado, e não se saberia se alguma vez se daria. Na sua opinião aquela é que seria a questão que se deveria colocar, até porque ainda não teria entrado em rotura o Hospital da Covilhã ao receber as pessoas do Distrito da Guarda, tal como sucederia o mesmo com o Hospital de Viseu, porque é que o Hospital

da Guarda sem receber a grande parte das pessoas, e saberia daquilo que estaria a falar porque teria estado lá há pouco tempo, a única coisa que imperaria por lá seria o silêncio, uma vez que não haveria movimento de ambulâncias, pois infelizmente já nem por lá parariam, e como tal algo se estaria a passar naquele Hospital. Naquele sentido sublinhou, que quem estaria a ter a grande responsabilidade em dar o primeiro socorro aos cidadãos do concelho seriam os Bombeiros Voluntários Figueirenses, para além de terem que acompanhar os doentes durante duas horas ou duas horas e meia até que chegassem ao Hospital. De seguida esclareceu que, toda aquela situação estaria a aumentar as dívidas daquela corporação humanitária, porque os pagamentos não seriam efetuados a tempo por parte dos hospitais, haveria um desgaste enorme nas ambulâncias pois algumas delas estariam com seis mil outras com quatrocentos mil quilómetros, uma vez que andariam sempre na estada. Perante tal situação comunicou, que haveria sido aprovado por unanimidade, em reunião da câmara municipal apoiar financeiramente os Bombeiros Voluntários Figueirenses na compra de mais uma ambulância, sendo assim mais um contributo e ajuda não para os bombeiros mas para a população do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Reiterou novamente que toda aquela situação seria muito complicada, pois teria a informação com a qual todos iriam ficar pasmados, porque aquela questão de arranjar médicos saber-se-ia que seria de difícil resolução, só que alguém a teria deixado arrastar e que tivesse chegado aquele estado lastimável, uma vez que nas reuniões já realizadas com o Senhor Presidente da ULS - Unidade Local de Saúde da Guarda, as quais teriam sido algumas, com conversas e negociações muito cordiais e de muita responsabilidade, mas que na última reunião quando lhe teria sido explicado a rutura em que estariam a entrar os serviços quer no Centro de Saúde, quer no Cartão de Saúde Municipal, o Senhor Presidente da ULS - Unidade Local de Saúde da Guarda, haveria dito ao Presidente da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, que a sua obrigação não seria a de arranjar médicos, mas apenas a de gerir o Hospital que já teria no âmbito da ULS - Unidade Local de Saúde da Guarda. Diante daquelas palavras que haveria proferido, obviamente que lhe teria sido manifestado que tudo aquilo seria uma grande asneira, que não teria noção do que estaria a dizer, e, que se não se encontraria nas funções para resolver os problemas aos cidadãos então que se demitisse, o qual haveria sido pedido publicamente, porque na sua opinião o Presidente da ULS - Unidade Local de Saúde, teria a responsabilidade de resolver os problemas dos cidadãos do Distrito, e que por aquele motivo estaria a receber o vencimento que estaria, lhe teriam dado a confiança para desenvolver aquelas funções, e, que no fundo seria para aquele propósito que serviria a própria ULS - Unidade Local de Saúde. Mais acrescentou que a ULS - Unidade Local de Saúde teria que resolver os problemas do Distrito, dos Centros de Saúde do Distrito e acima de tudo resolver os problemas dos cuidados de saúde aos cidadãos do Distrito da Guarda. Também disse que aquilo que estaria a acontecer ao nível da saúde, dever-nos-ia preocupar tanto aos da direita, aos da esquerda, aos do centro bem como aos de todas as religiões, e que naquele sentido haveria pedido, tal como também já teria sido falado pela Senhora Deputada Patrícia Ferreira, que todos teríamos que sair à rua, tanto que no seu caso já haveria participado no cordão humano que teria sido organizado na Guarda, uma vez que já não iria lá de outra forma. Explicou que o município já se haveria prontificado para oferecer mais condições do que aquelas que se

ofereceriam aos médicos, o facto é que os concursos para a atribuição de mais vagas abririam e seriam publicitados mas não viriam para Figueira de Castelo Rodrigo nem para o Interior, porque não lhes pagariam em condições. Assim ressaltou que o problema que existiria seria de fundo, tanto que já haveria falado com alguns médicos, e aquilo que lhe diriam é que a diferença entre o público e o privado seria tão grande que escolheriam sempre por trabalhar no privado, e que portanto o governo da nação teria que arranjar soluções para a população do Interior, senão o que iria acontecer seria o esvaziamento do Centro de Saúde colocando em causa a sua própria existência em Figueira de Castelo Rodrigo, a não ser uns curativos e umas coisas mínimas ao nível da saúde. De igual modo mencionou, que também haveria uma tentativa de esvaziamento do Hospital Distrital da Guarda, o qual já não seria de agora, tanto que já o haveria frisado há muitos anos noutros fóruns, e que seria contra aquela situação, e que todas, mas realmente todas as pessoas se teriam que se indignar sem exceção, porque o estado a que se teria chegado seria lastimável, e como tal não poderia causar admiração a realidade que já existiria, de que os hospitais privados no País já fossem em maior número que os hospitais públicos. Daquele modo destacou que apesar de aquele não ser o melhor momento, porque infelizmente se iriam realizar novamente eleições por vicissitudes que todos conheceriam e que não as iria ali referir, mas que seria hora de se sair à rua e de se exigir aquilo a que se teria direito e que estaria consagrado na Constituição da República Portuguesa, que seria que todos os cidadãos teriam que ter cuidados de saúde, para além de que haveria sido prometido a todos os portugueses pelo Partido Socialista, que cada cidadão português teria que ter um médico de família, o que não sucederia no Distrito da Guarda, pois existiriam vinte e dois mil cidadãos e cidadãs que não teriam direito a ele. Perante toda aquela situação salientou que nada estaria impávido e sereno, uma vez que o Presidente da Câmara estaria muito preocupado com os cidadãos do concelho, e como tal teria realizado contactos e reuniões, mas que em contrapartida do lado dos responsáveis da saúde não haveria soluções, e que quando as pessoas não as arranjariam, apesar de ter conhecimento que não seria de fácil resolução, não se poderiam demitir daquilo que seriam as suas responsabilidades. Assim sendo, haveria solicitado à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, para que numa data oportuna se marcasse um protesto à porta do Centro de Saúde de Figueira de Castelo Rodrigo, com o consentimento e o apoio da bancada do Partido Social Democrata e da bancada do Partido Socialista, mas também pretenderia que fosse colocado à consideração, para que se defendesse os interesses dos cidadãos do concelho ao nível dos cuidados de saúde. Reiterou novamente o pedido para que fosse colocado à consideração das duas bancadas, porque a população iria sair à rua uma vez que estariam a sofrer na pele, bem como todos os que ali estariam presentes quando precisariam, pois tal como diria o provérbio: "quem não sente não é filho de boa gente". Mais anunciou que o remédio santo que estariam a dar por parte da Administração da ULS - Unidade Local de Saúde da Guarda, e o que haveria sido comunicado, tendo pedido desculpa à Senhora Deputada Zélia Morgado por estar a referir ali o seu nome pois já se teria reformado, a Doutora Glória Pinto iria-se reformar no próximo mês de fevereiro e o Centro de Saúde iria ficar apenas com um médico, o que iria piorar a situação, porque a Senhora Deputada Zélia Morgado passaria a fazer vinte horas, bem como

a Doutora Glória Pinto que também já haveria aceitado realizar o mesmo número de horas, e às quais lhes agradecerá muito que tivessem concordado com aquela proposta, só que não iria resolver o problema existente, porque para além de só poderem realizar aquele número de horas não poderiam fazer urgências, mas a Senhora Deputada Municipal ali presente poderia esclarecer melhor aquela situação se assim o entendesse, uma vez que a conheceria muito melhor do que qualquer outra pessoa. Portanto na sua opinião, haveria exprimido que a situação iria ficar ainda muito pior a partir do próximo mês de fevereiro, porque se passaria a ter apenas um médico para cinco mil e quinhentas pessoas, e depois com duas médicas que teriam aceitado em fazer vinte horas por semana, só que no seu entendimento a saúde não teria que ter meios tempos mas tempos inteiros, e sobre vinte quatro sobre vinte e quatro horas para que pudesse cuidar dos cidadãos de modo a que não saíssem prejudicados, pois todos saberiam inclusivamente os responsáveis políticos, que o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo seria o que estaria mais distante do Hospital de referência, que seria o Hospital Distrital da Guarda. Perante toda aquela situação, agradecerá mais uma vez à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, que colocasse à consideração a organização de um protesto à porta do Centro de Saúde de Figueira de Castelo Rodrigo, em que posteriormente comunicaria os moldes em que se iria realizar, pois teria que haver uma indignação com aquilo que se estaria a passar no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo e no Hospital da Guarda.-----

-----De seguida teria aproveitado para dar os parabéns à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Figueirenses, por ter celebrado cento e doze anos de existência, e que haveria sido com todo o gosto que teria estado presente na sessão solene bem como o restante executivo municipal, pois mais do que nunca ter-se-ia que valorizar aqueles homens e aquelas mulheres, porque tal como haveria referido anteriormente, mais do que nunca teriam a responsabilidade e todo aquele trabalho árduo, em socorrer e transportar durante horas os cidadãos que manifestassem problemas de saúde.-----

-----Também falou da entrega de apoios à natalidade, os quais não teriam sido muitos, sessenta em menos de dois anos, mas haveria referido que estariam todos pagos até aquela data, a não ser que tivesse entrado ainda naquela semana algum apoio. Explicou que serviria para fazer face às primeiras despesas, apesar de não ser por causa daquele apoio que a câmara municipal atribuiria há vários anos que os casais decidiram ter filhos, mas que face à conjuntura atual seria uma pequena ajuda para as primeiras despesas, mas o que queria ter referenciado é que o município seria de boas contas e que estaria tudo pago.-----

-----Quanto à geminação com Wissous, a qual já haveria sido mencionada pelo Senhor Deputado Luís Pereira, disse que o Presidente da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo bem como uma pequena delegação do município teria estado presente naquela localidade, a convite do seu novo Presidente de Câmara, Florian Gallant, uma vez que o anterior teria sido substituído por ter renunciado ao cargo, com o objetivo de se reforçar aquilo que seria a cooperação e os laços de amizade. Mais disse que iria haver novidades em breve no desenvolvimento daquela geminação, através do intercâmbio entre os miúdos das escolas, mas igualmente nalguns setores ao nível do desporto, e que no dia sete de julho, data do feriado municipal se deslocariam ao concelho. Por outro lado, por ocasião da ida a

Wissous, a comitiva portuguesa teria visitado os seus conterrâneos figueirenses, bem como haveriam participado numa festa portuguesa com cidadãos portugueses e não só de Figueira de Castelo Rodrigo. Naquele sentido teria aproveitado, para agradecer ao atual Presidente da Câmara e em nome de todos os Presidentes que por lá haveriam passado, o tratamento e o acolhimento dado a todos os cidadãos do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo ao longo dos anos. A par disso também teriam visitado a Associação franco-portuguesa, a qual seria presidida por um conterrâneo do concelho, o Senhor Filipe Marques.-----

-----Mencionou igualmente que Figueira de Castelo Rodrigo já disporia de dois pontos de "Bike Station" para os amantes do BTT, os quais se encontrariam disponíveis em frente ao Pavilhão dos Desportos em Figueira de Castelo Rodrigo e no Ecoparque de Castelo Rodrigo, mas também em Barca d'Alva onde as obras já se teriam iniciado. Mais disse que aquelas "Bike Station" estariam equipadas para lavagens, enchimento de pneus, ferramentas de reparação, bem como com pontos de água e carregamento de bicicletas elétricas, ficando assim o concelho dotado com condições ao nível do BTT.-----

-----Relativamente às obras de requalificação do Centro de Recolha Oficial de Animais de Figueira de Castelo Rodrigo referiu, que estariam concluídas e iriam ser inauguradas no próximo mês de janeiro.-----

-----Deu também nota que, o município continuaria a apostar nos espetáculos de música de câmara pelo património e por todas as aldeias, em que os últimos se haveriam realizado na Igreja Matriz da Reigada e no Centro Interpretativo da Batalha de Castelo Rodrigo, nos quais teria havido bastante adesão por parte do público. Destacou ainda aquilo que teria sido o grande espetáculo de ópera que se haveria realizado no convento de Santa Maria de Aguiar, no qual teriam participado cerca de oitenta pessoas em palco, e que quem tivesse conseguido assistir haveria ficado certamente muito satisfeito com aquele magnífico espetáculo. Portanto ressaltou que continuar-se-ia a trazer cultura ao nosso património, em que se divulgaria muitas vezes também os produtos endógenos, e, por outro lado faria com que as pessoas saíssem de casa para irem ver aqueles espetáculos.-----

Destacou que a autarquia estaria a requalificar os canteiros entre a zona dos bombeiros e o cemitério municipal, os quais se encontrariam num estado muito degradado e que presentemente estariam a ficar mais bonitos, mas que ainda iriam ficar mais quando os canteiros ficassem totalmente renovados. Realçou ainda que aquelas obras estariam a ser realizadas pelos funcionários da câmara municipal de Figueira de Castelo Rodrigo.-----

-----De seguida haveria informado aquela assembleia municipal da visita da Senhora Ministra da Agricultura e da Alimentação, Maria do Céu Antunes ao concelho, por ocasião e a convite da Adega Cooperativa de Figueira de Castelo Rodrigo no lançamento de um vinho, em que teria tido a oportunidade de reunir em primeiro lugar com a Senhora Ministra. Explicou que naquela reunião quer ele próprio quer o restante executivo municipal lhe haveriam dado conta das preocupações existentes, só que na sua opinião sincera e de quem não teria papas na língua, ela até poderia ser boa a desempenhar as suas funções noutra ministério, mas no da agricultura não o seria.

Esclareceu que haveria um compromisso com a câmara municipal para o regadio, uma vez que teria sido mandado fazer ao município o projeto da barragem de Santa Maria de Aguiar, para posteriormente ser legalizada, aumentar-lhe a cota e compor-se o paredão. Contudo referiu, que apesar do projeto ter sido elaborado e investido o dinheiro, com o compromisso de que seria aberto um aviso para aquela obra o qual incluiria o projeto, quer o Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Centro quer a Senhora Ministra da Agricultura teriam dito durante a reunião que estariam a tratar do assunto, só que se saberia o que é que aquilo queria dizer, e que a palavra que teria sido dada não teria sido a palavra honrada. Por outro lado, existiriam mais problemas que lhe haveria comunicado e que não teriam sido resolvidos, os quais não estariam só relacionados com a questão do regadio, mas com o abandono daquele território por parte do Ministério da Agricultura, pois como se teria conhecimento os seus serviços iriam sair do concelho de Figueira Castelo Rodrigo, o qual seria proeminentemente de base agrícola, apesar da falta que fariam aos agricultores, tanto que já haveriam abandonado o edifício do Centro Agrário. Explicou que senão tivesse sido ele próprio a dizer que aquilo não poderia acontecer, e que se a dificuldade passasse pelas instalações teria que se resolver, o problema é que a solução apresentada por parte daquele Ministério não passaria de um presente envenenado, pois como não pretenderiam o edifício, queria cede-lo à autarquia a título de renda e que fizesse lá as obras, o qual não teria sido aceite por parte do município, porque aquilo seria uma obrigação da parte Ministério da Agricultura e do Governo, mas que mesmo assim a câmara municipal haveria arranjado um espaço no Ninho de Empresas, onde teriam colocado um funcionário o qual não seria suficiente, porque os serviços por ele prestados e as competências que lhe haveriam sido atribuídas não fariam face às necessidades dos agricultores do concelho, e que por aquele motivo, ao nível da agricultura, dos apoios e da proximidade do Ministério da Agricultura estariam em vias de extinção, tanto que se não tivesse sido o município no fundo a deitar-lhe a mão é que não haveria nada. Mais teria transmitido que se haveria realizado uma candidatura conjunta com a DRAP Centro - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, para a reabilitação da estação elevatória da barragem da Vermiosa que estaria completamente destruída e vandalizada, em que teria havido a garantia de que seria ou já estaria aprovada apesar do município ainda não ter recebido a notificação, mas se tal se viesse a confirmar já seria um bom contributo, para pelo menos se tirar dali aquela vergonha que estaria lá há muitos anos, compondo aquilo que haveria sido vandalizado e roubado, mas também o que se encontraria deteriorado e que seria pertença do Estado e do Ministério da Agricultura. Assim sendo, o executivo municipal teria tido a possibilidade de fazer passar aquelas preocupações todas à Senhora Ministra, mas que até à data não se teria tido novidade nenhuma nem se iria ter, pois haver-se-ia entrado num período de eleições, e, possivelmente ficaria tudo na mesma.-----

-----Salientou ainda que, depois muitos anos e após a autorização da APA - Agência Portuguesa do Ambiente, a câmara municipal haveria procedido à limpeza de toda a zona envolvente à Ponte Medieval da Ribeira de Santa Maria de Aguiar, mais conhecida por todos como a Ponte Romana da Ribeira de Escalhão, tendo ido até um pouco mais longe do que aquilo que estaria previsto fazer, mas que quem por lá passasse podê-lo-ia vir a constatar. Deixou ainda ficar ali um reconhecimento aos Sapadores Florestais pelo trabalho que haveriam realizado, que apesar de ter sido muito o teriam

efetuado em condições. Como tal aquele monumento que seria considerado nacional, poderia ser apreciado e fruído por todos os cidadãos do concelho, mas igualmente por quem nos visitasse.-----

-----Deu também conta que Figueira de Castelo Rodrigo haveria assinado, um memorando de entendimento com os municípios de Lisboa, Porto, Braga, Faro, Mafra e com o Centro Europeu de Música para a criação do seu primeiro polo em Portugal, o qual estaria sediado em Paris, e em que promoveria projetos artísticos, culturais, pedagógicos e científicos ao nível europeu. Assim, Figueira de Castelo Rodrigo seria uma terra do Interior que teria ido para o meio dos grandes, mas também como não queria ser pequena, pois nunca se haveria visto nenhum pobre juntar-se com um pobre e ficar rico mas o pobre teria que se juntar com o rico para ficar rico, e que naquele caso seria um município pequeno que se estaria a juntar com os grandes para ter ali no futuro, depois de todo o processo estar concluído, programação cultural de várias tipologias, tais como concertos, master classes, expressões artísticas, projetos de investigação cultural, social e ambiental, diversas residências culturais, conferências, workshops, exposições, instalações urbanas, projetos pop-up, bem como conteúdos digitais baseados em novas tecnologias. Mais referiu que aquela parceria também seria com a TerraFoundation, e que tudo aquilo seria implementado com base em fundos comunitários, pois a sua presidente seria uma pessoa bem conhecida dos portugueses, e que já teria feito um grande investimento em Figueira de Castelo Rodrigo, mas que ainda iria investir mais na Quinta do Cardo.-----

-----Aproveitou igualmente para dizer que quanto a investimentos, que a Pensão Santos haveria sido adquirida há pouco tempo e que em breve iria sofrer obras, uma vez que existiria falta de camas no concelho, mas que também já teria reunido com o dono do Antigo Trasmontano para o sensibilizar naquele mesmo sentido, pois seria importante que avançasse o quanto antes com o projeto que teimaria em não avançar. Acrescentou ainda que esperaria que a antiga Pensão Santos passasse a ser um espaço aprazível, para quem quisesse pernoitar em Figueira de Castelo Rodrigo.-----

-----Por outro lado o município haveria sido distinguido, pelo contributo na defesa da linha do Douro pela Associação Vale d' Douro, na qual aquela distinção estaria relacionada com o trabalho que se teria efetuado ao longo dos tempos na defesa da linha do Douro, entre o Pocinho e Barca d' Alva, mas o que seria certo é que teria sido prometido em Freixo-de Espada-à-Cinta, que no primeiro trimestre daquele ano, haveria o projeto para se lançar o concurso para o projeto da linha, contudo quando saiu a portaria, o estabelecido seria a realização de estudos para o projeto até ao ano de dois mil e vinte e nove, ou seja, mais uma vez se assistiria ao jogo do empurra.-----

-----Realçou também que, a autarquia teria sido galardoada com a bandeira "Autarquia Solidária", em que a atribuição daquele prémio seria sinal de que existiria, o seguimento da implementação de programas comunitários que permitiriam fomentar a integração, o bem-estar e a igualdade no concelho.-----

-----Felicitou igualmente o Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo, que teria ganho o primeiro prémio no concurso "Todos Contam", na categoria pré-escolar, com o projeto "Patrulhada Poupança", o qual já iria na sua décima segunda edição, tendo deixado assim os seus parabéns aos professores e alunos daquele agrupamento de escolas.-----

-----Mais disse que a câmara municipal, haveria realizado um trabalho na sede do concelho, o qual teria estado relacionado com a remoção de árvores secas, ou seja, com uma máquina própria ter-se-iam removido as árvores que estariam secas, nomeadamente as amendoeiras, tendo sido replantadas logo de seguida outras amendoeiras que estariam já plantadas e que seriam da posse do município, em que muitas delas se encontrariam num terreno adjacente, de quem iria de Figueira de Castelo Rodrigo para o Convento de Santa Maria da Aguiar. Destacou assim que teria sido feito um trabalho importante, uma vez que se haveria estado a tratar do parque arbóreo em Figueira de Castelo Rodrigo, tornando naquela medida a vila muito mais aprazível.-----

-----A seguir informou que já se haveriam iniciado as obras no bairro da Fonte Santa, naquele espaço que haveria de ter sido um espaço verde mas que seria um espaço cinzento, mas que agora iria passar a ser um espaço verde, fruto de uma candidatura que o município teria submetido ao fundo ambiental e que haveria sido aprovada. Assim explicou que, já se estariam a fazer as obras de reabilitação na entrada do bairro, para além de que se iriam colocar os passeios em toda a área daquele espaço, os quais nunca teriam sido colocados, pois os moradores que ali residiriam há mais de vinte anos nunca haviam tido acesso a passeios. Acentuou ainda que o mais importante naquela intervenção é que contemplaria um corredor pedonal e uma zona de lazer, juntamente com um circuito de manutenção e diverso mobiliário urbano. Para além de tudo aquilo, também iriam ser instalados bebedouros com pulsadores, caixas-ninhos por forma a melhorar as condições de sobrevivência das aves e controlo de pragas existentes naquela área, bem como um espelho de água e um espaço para estacionamento de bicicletas. Do mesmo modo iria haver uma vasta zona arbustiva, herbácea e de ervas aromáticas que lá seriam plantadas, com centenas de árvores e plantas, e que portanto iria ser mais uma zona requalificada em Figueira de Castelo Rodrigo.-

-----Quanto às operações às cataratas referiu, que naquela última semana mais onze cidadãos do concelho teriam sido operados, e que para quem tivesse votado contra, não tivesse gostado ou que tivesse achado que aquilo não seria bom, já seriam cento e sessenta os munícipes que já haveriam sido operados às cataratas, tendo presentemente mais qualidade de vida. Aproveitou para deixar um agradecimento à Fundação Álvaro de Carvalho, mas também a todas as técnicas que estariam envolvidas naquele processo e ao Centro de Saúde, o qual faria a triagem de quem precisaria de ser operado ou não às cataratas.-----

-----Mencionou também que Figueira de Castelo Rodrigo, haveria sido mais uma vez distinguido como "Município Amigo do Desporto", o que significaria que o Senhor Vice-Presidente estaria a trabalhar na excelência das atividades desportivas desenvolvidas no concelho, bem como na prática e promoção de estilos de vida saudável para população local.-----

-----No que diria respeito à reunião de acompanhamento do Seguro de Saúde Municipal, disse que se teria realizado no mês passado, e que já haveria apresentado a conclusão dos seus dados no período de antes da ordem do dia.-----

-----Salientou ainda, que o Doutor Álvaro de Carvalho teria apresentado em Figueira de Castelo Rodrigo, apesar de o ter feito em primeiro lugar em Lisboa, mas que haveria feito questão de o apresentar na sua terra natal, mais um livro "Vidas Cruzadas".-----

-----Salientou ainda, que o Doutor Álvaro de Carvalho teria apresentado em Figueira de Castelo Rodrigo, apesar de o ter feito em primeiro lugar em Lisboa, mas que haveria feito questão de o apresentar na sua terra natal, mais um livro "Vidas Cruzadas". Sublinhou que a sua apresentação, teria ficado a cargo do ilustre médico Doutor Álvaro Beleza, tendo contado também com a participação do executivo municipal.-----

-----Quanto à "Terra Natal" teria destacado a sua importância, pois seria um evento que já iria na sua terceira edição e a que muitos chamariam festinhas e festas, o que não corresponderia à verdade, porque aquilo seria um evento para promover o concelho, e para dar as mesmas oportunidades aos figueirenses, que outros cidadãos noutros concelhos. Mais disse que, até aquele momento já teria sido frequentado por pequenos, graúdos e idosos, onde haveria muita animação, e que na sua opinião Figueira de Castelo Rodrigo teria que ter direito a um Natal digno e não de faz de conta, ou seja, um Natal digno e aberto a todos tal como o espaço onde se realizaria. Por outro lado evidenciou, que o evento estaria a ter o sucesso que teria previsto que tivesse, embora alguns achassem que ainda continuassem a ser festinhas e outras coisas do género, pelo que haveria aconselhado a essas pessoas que perguntassem ao povo, o qual responderia melhor do que ninguém aquela questão, mas que apesar de todas aquelas questões, a "Terra Natal" poderia ser visitada até ao dia vinte e cinco de dezembro. Convidou igualmente, todas as Senhoras e os Senhores Deputados a estarem presentes no acender da fogueira de Natal, no próximo dia vinte e quatro, às dezassete horas, onde se pretendia reunir os naturais e amigos do concelho de Figueira Castelo Rodrigo, naquele dia de consoada.-----

-----Deu também a informação de que todos os apoios aos agricultores, comerciantes e empresários, ao abrigo dos regulamentos do município, estariam todos pagos não se devendo um tostão a ninguém, a não ser que tivesse entrado durante aquela semana algum processo, senão encontrar-se-iam todos pagos. Ressalvou assim que, aquilo que demoraria três anos a pagar naquele momento pagar-se-ia a tempo e horas, o que seria importante para a economia pois não se faria esperar as pessoas, porque se existiam os regulamentos teriam que ser cumpridos, e no mesmo sentido para que se honrasse a palavra, pois uma vez que seria para ajudar a economia, então haveria que se para pagar a tempo e horas.-----

-----A par disso referenciou, que já se teria começado uma importante obra em Barca d'Alva, a qual iria ser a porta de entrada do Parque Natural do Douro Internacional, a qual também teria sido financiada pelo Fundo Ambiental. De seguida explicou, que aquela obra no imediato iria passar, pela limpeza total do passeio ribeirinho e do arranjo das escadas que estariam completamente degradadas, pois até já se encontrariam vedadas aos peões, uma vez que teriam estado anos e anos e anos sem que ninguém tivesse conseguido olhar para aquilo, e ver que estariam a colocar em causa a segurança das pessoas. Mais do que aquilo também se iria reabilitar o Posto de Turismo, onde se reabilitaria o primeiro andar com a substituição de janelas e portas existentes, bem como iriam haver balneários para quem caminhasse ou fizesse passeios de BTT por ali, em que teriam todas as condições de comodidade naquele edifício. Para além dos balneários iriam existir zonas comuns para desfrutarem da paisagem, duas casas-de-banho com acessos para pessoas com mobilidade reduzida,

mas também passaria a haver informação interativa do Parque Natural do Douro Internacional, pois no fundo iria ficar ali a sua porta de entrada. Esclareceu ainda que dos cinco municípios que teriam apresentado a candidatura, a única aprovada haveria sido a de Figueira de Castelo Rodrigo, tendo naquele sentido dado os parabéns aos técnicos, e, que a outra candidatura existente teria sido aprovada pela Associação de Municípios do Douro Superior, na qual também estariam previstas obras para o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, uma vez que os caminheiros do Águeda organizariam muitos percursos e passeios pedestres para as Arribas do Águeda, os quais iriam ser marcados e já estariam a ser executados.-----

-----Mais disse que já se haveria iniciado outra obra, a qual teria teimado em não avançar e arrastar-se no tempo, e que passaria pela substituição de toda a iluminação cénica da Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo e da Ponte Sarmento Rodrigues, em Barca d Alva. Referiu que iria haver uma poupança enorme, pois estar-se-ia a substituir as lâmpadas que teriam sido colocadas na Ponte Sarmento Rodrigues, na altura também, coincidência ou não, por um executivo do PSD – Partido Social Democrata, mas que passados vinte anos as lâmpadas que lá estariam de vapor de sódio iriam ficar todas em leds, bem como na Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo, em que metade delas se encontrariam fundidas. Assim sendo, a obra iria estar concluída, se o empreiteiro não enganasse até ao fim daquele ano, para que o município pudesse apresentar as despesas e ser ressarcido daquele dinheiro.-----

-----Por último, e sabendo que os esclarecimentos sobre aquela informação já iriam longos, mas que pretenderia dá-los de forma detalhada, para que todos ficassem a saber aquilo que seria o trabalho realizado pela câmara municipal. Assim explicou que desde dois mil e vinte e um, naquilo que diria respeito aos apoios dos regulamentos do " Figueira + Verde e do Empreende + Figueira", já teriam sido atribuídos €237.167,00 (duzentos e trinta e sete mil cento e sessenta e sete euros), os quais estariam todos pagos. Relativamente às verbas atribuídas a todas as juntas de freguesia disse, que desde que se teria reunido e sentado com todos os Presidente de Junta ao mesmo tempo, mas também com a efetivação daquele acordo da transferência de competências, em que o dinheiro já nem sequer passaria pela câmara municipal, uma vez que teria prescindido dele, pois iria da DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais diretamente para os Presidentes de Junta, e dos apoios que também teriam sido aprovados pelo executivo municipal desde que haveria tomado posse, já teria sido atribuído às freguesias uma verba de €975.971,06 (novecentos e setenta e cinco mil novecentos e setenta e um euros e seis cêntimos), esperando naquele sentido que estivessem a aplicar bem aquele dinheiro nas obras executadas, mas que julgaria que sim porque também as veria, na medida em que seriam Presidentes de Junta dinâmicos e que estariam a fazer acontecer nas suas freguesias. Quanto às despesas, e com aquilo que seria o protocolo das cataratas, declarou que desde que se haveria iniciado o programa já teriam sido investidos €61.600,00 (sessenta e um mil e seiscentos euros). No que diria respeito ao cartão de saúde municipal, referiu que o concurso teria sido lançado e que quem haveria concorrido teria baixado os preços, apesar de se praticarem os mesmos serviços, mas que aquilo seria a lei da concorrência, e que portanto o primeiro e o segundo concurso haveriam sido de €274.000,00 (duzentos e setenta e quatro mil euros) cada um, e que em dois mil e vinte e três teria baixado para €251.570,00 (duzentos e cinquenta e um mil

quinhentos e setenta euros), o que equivaleria a um gasto de €800.450,00 (oitocentos mil quatrocentos e cinquenta euros), relativamente aquele cartão. Ao nível do apoio à medicação que a câmara municipal daria, esclareceu que desde dois mil e vinte e um já teriam apoiado os cidadãos do concelho em €71.513,00 (setenta e um mil quinhentos e treze euros), e que só na área da saúde para quem às vezes escreveria algumas coisas nos jornais e nos postes, ter-se-ia gasto €933.563,00 (novecentos e trinta e três mil quinhentos e sessenta e três euros), assim fosse a preocupação do ministério da saúde. Quanto às associações juvenis e das associações do concelho, salientou que o município desde dois mil e vinte e um já haveria apoiado em €18.000,00 (dezoito mil euros) aquelas associações, o que na sua opinião se veria e sentiria no terreno, porque todas elas teriam atividade tais como, a Associação o Janeirinho, a Associação Recreativa e Desportiva Reigadense, a Secção Desportiva e Recreativa dos Bombeiros Voluntários de Figueira de Castelo Rodrigo, a Associação Cultural e Desportiva de Vilar Torpim e a Viva a Mata - Associação Cultural e Recreativa. Relativamente ao apoio de emergência social e familiar, em que seria outro regulamento que existiria para apoiar as pessoas carenciadas, solicitou aos Senhores Deputados Municipais para que vissem, decorassem e escrevessem aqueles números, para que depois não andassem a perguntar ou até que branqueassem os números, pois desde dois mil e dezassete até aquele momento, já teriam sido investidos €143.941,00 (cento e quarenta e três mil novecentos e quarenta e um euros), sendo que em dois mil e vinte e dois haveriam sido investidos €30.000,35 (trinta e mil euros e trinta e cinco cêntimos), em dois mil e vinte e um €19.000,00 (dezanove mil euros), em dois mil e vinte, apesar de não ser aquele executivo que estaria em funções, €13.000,00 (treze mil euros), em dois mil e dezanove e em dois mil e dezoito teria havido um ano com apenas €6.000,00 (seis mil euros) e outro com €20.000,00 (vinte mil euros), o que significaria que se estaria a apoiar as pessoas que necessitariam mas sem show-off por um lado, e por outro não passaria pelo executivo municipal a sua atribuição, pois só lhe caberia a função de deferir ou indeferir o apoio mediante a avaliação feita pelas técnicas. Mais disse que em termos de obra feita, desde que aquele executivo haveria entrado em funções, teria um total de investimento de €2.417.976,00 (dois milhões quatrocentos e dezassete mil novecentos e setenta e seis euros). Também destacou que para além das obras que já estariam iniciadas e as que já se encontrariam acabadas, teria sido lançado no dia anterior o concurso para a reabilitação do quartel da GNR - Guarda Nacional Republicana. A seguir ao nível de dados ressaltou, que daquilo que seria o Programa 2030 e do dinheiro que a CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro atribuiria à CIMBSE - Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, para dividir pelos municípios já teria havido alterações, com as quais a câmara municipal de Figueira de Castelo Rodrigo haveria ficado a ganhar, uma vez que teria garantido um investimento de €6.183.212,00 (seis milhões cento e oitenta e três mil duzentos e doze euros) naqueles projetos todos, em que a maior parte deles iriam começar no ano de dois mil e vinte e quatro e lá ficariam concluídas, mas outras só estariam acabadas no início de dois mil e vinte e cinco, até porque os avisos de abertura já iriam ficar disponíveis em janeiro de dois mil e vinte e quatro. Mencionou ainda que se iriam começar as obras no parque da Reigada, no forno comunitário das Cinco Vilas, e o de Escalhão que estaria praticamente

concluído. Anunciou igualmente que ao nível da habitação, a Senhora Ministra deveria ter-se deslocado naquele dia a Figueira de Castelo Rodrigo para a assinatura de um protocolo, no qual se iriam reabilitar treze casas no centro histórico da vila, com o valor de €1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil euros), mas que por motivos de agenda não teria sido possível a sua visita, pelo que haveria ficado reagendado para o próximo dia quatro de janeiro. A par disso exprimiu a sua surpresa, por um acordo que iria ser assinado entre o IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e o Município de Figueira de Castelo Rodrigo, sobre a estratégia local de habitação que se teria para o concelho, principalmente com o montante aprovado que haveria sido na ordem de €2.356.911,00 (dois milhões trezentos e cinquenta e seis mil novecentos e onze euros), em que cuja calendarização preveria já em dois mil e vinte e três, apesar do executivo municipal só ter tido conhecimento dela naquele semana, um investimento de €774.000,00 (setecentos e setenta e quatro mil euros), o que significaria que não seria exequível, porque não teria sido inscrito no orçamento do ano de dois mil e vinte e três, nem estaria previsto para o de dois mil e vinte e quatro. Como tal, já haveria falado com a Senhora Presidente do IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana a solicitar a sua reprogramação, pois estar-se-ia a falar da recuperação de dezenas de casas no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, as quais iriam ser não só da câmara municipal mas também de privados, em que a autarquia posteriormente teria de fazer os procedimentos para ajudar. Assim explicou que naquela sessão se iria aprovar o Orçamento, o qual logo no mês de janeiro teria de ser alterado devido aquela situação, a qual seria fruto do trabalho do executivo municipal, mas acima de tudo fruto da determinação dos técnicos e das técnicas do município.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel Martins Condesso, terminou a sua intervenção dizendo que pelo segundo ano consecutivo, Figueira de Castelo Rodrigo haveria recebido a bandeira verde de "Autarquia mais Familiarmente Responsável", e que por aquele motivo teria de dar os parabéns aos funcionários da câmara municipal da área da ação social, uma vez que seria a bandeira mais importante ao nível nacional daquilo que teria a ver com as políticas sociais levadas a cabo pelo município. Mais sublinhou que não seria nem o executivo nem as técnicas municipais que estariam de parabéns mas Figueira de Castelo Rodrigo, pois seria sinal que entidades credíveis reconheceriam o trabalho da câmara municipal em diversas áreas. Assim sendo seria aquilo que teria para informar naquele ponto a assembleia municipal.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo perguntado se algum dos Senhores Deputados pretendia inscrever-se para intervir naquele ponto, pelo que passou de imediato a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Carlos Manuel Gonçalves Almeida.-----

-----O Senhor Deputado Municipal iniciou a sua intervenção por dizer, que estaria ali para se associar às preocupações do Senhor Presidente da Câmara em relação à saúde no concelho, as quais pensaria que seriam comuns a todos os presentes, mas que também quis lembrar que o estado de coisas que se viveriam naquele momento relativamente aquela área, não teria a ver única e exclusivamente com aquele governo, pois ter-se-ia que ter memória e recordar, que não teria sido com ele que se haveria

formado, um número clausus extremamente drástico em relação às entradas na Faculdade de Medicina, nem que se teria limitado e diminuído o preço das horas extraordinárias dos médicos, o que tudo junto haveria contribuído para a situação que se viveria naquele momento na saúde. Destacou que felizmente teria havido alguém no concelho, que talvez tivesse sido um pouco visionário e se haveria lembrado de criar o Cartão de Saúde, o qual presentemente se teria vindo a substituir ao Serviço Nacional de Saúde, o que seria um facto que aquilo estivesse a acontecer, mas que também se teria que recordar que inicialmente aquele cartão de saúde haveria sido visto pelo Centro de Saúde, como uma concorrência e não como uma complementaridade que efetivamente seria, e que portanto em relação à questão da saúde não teria mais nada a dizer. Por outro lado mencionou, que haveria ficado muito preocupado com as palavras do Senhor Presidente sobre as políticas demográficas para concelho por uma razão muito simples, porque aquilo que teria ouvido antes daquele executivo municipal ter ganho as eleições haveria sido, a constante crítica sobre o anterior executivo, que não teria feito políticas no sentido, de criar condições para inverter aquela tendência demográfica de esvaziamento do concelho, mas que naquela sessão teria ficado com a ideia de que o Senhor Presidente da Câmara estaria de certo modo acomodado, ao achar que aquela situação teria a ver mais com as políticas do Governo Central do que com as políticas daquele executivo municipal, o que na sua opinião não seria bem assim, pois para além de estar relacionada com as políticas do Governo Central, também estaria tal como anteriormente o PSD - Partido Social Democrata local defenderia, com as políticas municipais para aquele efeito.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Carlos Almeida, tendo dado de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, após este a ter solicitado.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por agradecer a intervenção do Senhor Deputado, mas igualmente a sua preocupação quanto às questões da saúde como profissional que haveria sido, pois uma vez profissional de saúde profissional de saúde toda a vida, mesmo quando já se estivesse reformado. De seguida dirigiu-se ao Senhor Deputado de uma forma frontal, o qual que conheceria tão bem o Serviço Nacional de Saúde e que lá teria trabalhado tantos e tantos anos, haveria feito uma acusação a qual levaria a uma discussão muito mais alargada, e que teria todo o gosto em realizar noutros fóruns que não ali naquela assembleia municipal, de que a culpa da situação existente teria sido dos governos liderados pelo PSD - Partido Social Democrata, uma vez que haveriam limitado as entradas nas universidades através das médias, o que de uma forma global teria acabado por prejudicar o Serviço Nacional de Saúde, ao lembrar-lhe que em vinte e oito anos o PS - Partido Socialista teria governado dezassete e o PSD - Partido Social Democrata sete, e que só por ali se poderia ver quem é que teria tido mais responsabilidade, o que não quereria dizer que durante aqueles sete anos se tivesse feito tudo bem, mas acima de tudo o que pretenderia que entendessem, quer aqueles que fossem da direita, da esquerda e do centro é que os problemas no Serviço Nacional de Saúde, no Centro de Saúde e na saúde em geral estariam a acontecer. Naquele sentido até haveria assumido ali as culpas que diriam respeito ao Partido Social Democrata, mas também teria

questionado o Senhor Deputado Carlos Almeida, sobre o que é que haveria estado a fazer o Partido Socialista há oito anos seguidos no governo, então não deveria ter resolvido aquela situação, evitando assim que se tivesse chegado ao limite e ao ponto da população ter sido abandonada nos seus territórios, sendo aquela a verdade e a realidade indesmentível. Assim referiu que saberia que na política o passa culpas seria sempre uma forma de estar, mas que já haveria assumido ali como um simples Presidente de uma Distrital do PSD - Partido Social Democrata com muito orgulho, aliás até pensaria que teria sido o único figueirense a chegar aquele cargo, os erros daquilo que teria sido a governação do partido que representaria, só que o Partido Socialista haveria estado a governar durante oito anos seguidos, o qual para além de não ter resolvido o problema teria deixá-lo piorar até ao seu limite e ruína, pois na verdade o Serviço Nacional de Saúde estaria doente, aliás até haveria utilizado a palavra de podre. Por outro lado salientou, que o Senhor Deputado teria falado na importância do Seguro de Saúde e da falta de articulação que existiria, ao qual lhe haveria dito que aquele executivo municipal, para além de lhe ter dado continuidade também o teria aperfeiçoado, uma vez que de facto não haveria entendimento com o Centro de Saúde mas pelo contrário ver-se-ia como uma concorrência. Como tal a primeira preocupação teria sido acabar com aquela situação, a qual se haveria ultrapassado ao sentar à mesma mesa os médicos do cartão de saúde com os do centro de saúde havendo assim uma articulação, e que a título informativo teria explicado, que naquela semana se teria estado a cruzar toda a informação dos medicamentos e dos exames que estariam passados no centro de saúde e no cartão de saúde, com o objetivo de se reduzirem custos pois estar-se-ia a falar de dinheiros públicos, mas também para não se prejudicar a saúde às pessoas, porque haveria exames que seriam pedidos no cartão de saúde e no centro de saúde, o que levaria a que houvesse pessoas a realizar exames a duplicar e a triplicar quando alguns deles estariam sujeitos a radiação o que não poderia acontecer, porque o resultado do exame seria igual tanto se fosse prescrito por um lado ou pelo outro. Mais disse que às vezes se teria que fazer aquele filtro e que aquela colaboração com o centro de saúde seria muito importante, até porque haveria ali profissionais daquele centro, e a própria Senhora Deputada Zélia Morgado que na altura também teria estado presente naquela reunião, saberiam que existiriam cidadãos do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, que teriam onze caixas de medicamentos prescritas para levantar na farmácia, e que se deslocariam ao centro de saúde ou ao cartão de saúde a pedir mais, o que não poderia acontecer enquanto não fossem todas gastas tendo assim que se racionalizar, bem como haveria exemplificado que a mesma pessoa estaria a tomar quatro antidepressivos o que não poderia ser, porque das duas uma ou aquela pessoa não poderia ficar bem ou então andaria a distribuí-los por outras pessoas, e como tal seria aquela articulação que não teria sido feita no passado e que estaria a ser realizada agora, a qual ainda teria de ser aplicada de melhor forma e mais aperfeiçoada, porque só assim é que se iria fazer com que o serviço do cartão de saúde fosse ainda melhor. Também referiu que não saberia se anteriormente teria havido a tentativa de fazer aquela aproximação, uma vez que as pessoas seriam as mesmas, mas que não seria aquele executivo municipal que estaria aos comandos da câmara municipal, tendo igualmente reiterado que aquele seguro de saúde seria importante tanto que teria havido a sua continuidade, melhoramento e prestação do mesmo serviço ainda que com um valor

mais baixo, o qual teria estado relacionado com o facto de o município ter endereçado convites a mais empresas, o que haveria levado a uma maior concorrência e diminuição do seu valor global. A seguir sublinhou que estaria a correr pior, mas que correria igual para qualquer outro executivo, porque o Serviço Nacional de Saúde estaria em agonia, e que portanto quando não houvesse atendimento no centro de saúde as pessoas iriam fugir para o cartão de saúde municipal.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo perguntado se mais algum dos Senhores Deputados pretendia inscrever-se para intervir naquele ponto, pelo que passou de imediato a palavra à Senhora Deputada Municipal, Zélia Morgado.-----

-----A Senhora Deputada Municipal declarou, que existiriam duas situações que pensaria que poderia esclarecer porque teria estado por dentro delas como profissional de saúde, tais como a triagem dos exames auxiliares de diagnóstico das consultas e das receitas seria possível ser feita no centro de saúde, e que todos já o haveriam realizado porque o programa existente permitiria ter acesso às prescrições que seriam externas ao Serviço Nacional de Saúde, já a bem precisamente daqueles gastos desnecessários com a saúde, o qual já viria a ser efetuado desde há algum tempo atrás, não só porque o programa o permitiria, mas também aquando da realização da primeira reunião entre o centro de saúde e o cartão de saúde municipal, em que todos os presentes se teriam apercebido apesar de se saber empiricamente, mas uma coisa seria empiricamente outra seria ter os dados na mão, a qual mesmo que não tivesse servido para mais ao menos teria sido possível entrar, entre aspas, nas prescrições do cartão de saúde e saber-se exatamente o número de receitas que estariam a ser prescritas, e que já desde aquela altura, ou seja, desde a alguns atrás, que se saberia que de facto as pessoas pediriam receitas num lado e no outro, e ter-se-ia tido a comprovação real de que aquilo seria verdade. Como tal explicou que se teria realizado a triagem, a qual haveria dado muito trabalho e na qual ter-se-ia perdido muito tempo do tempo disponível de cada um que já seria pouco, mas que estaria feita, e que pensaria que continuaria a ser efetuada e que não seria uma inovação atual. Por outro lado salientou que a outra situação, estaria relacionada com o facto do Senhor Presidente da Câmara ter dito algo que lhe haveria doído ouvir e que não pôde deixar passar em claro, é que o Serviço Nacional de Saúde não estaria podre, o Serviço Nacional de Saúde estaria velho o que não seria igual. Explicou que o curso que teria frequentado, haveria sido o último grande curso de medicina no qual não teriam sido introduzidos números clausus, pois a partir dali haveriam sido introduzidos, e que se teria que compreender que quem entrasse para a Faculdade de Medicina com nota de vinte faria investigação, não viria para um concelho que pouco ou nada lhes poderia oferecer, que teria sido o que lhe haveria acontecido de alguma forma apesar de não ter entrado com aquela nota, mas aquando da sua chegada ao concelho em que o choque cultural teria sido muito grande. Destacou que o concelho poderia usufruir de uma ótima qualidade de ar, ter pessoas simpáticas, haver muito boa vontade, mas não existiriam serviços nem oferta e muito menos aquilo que se estaria habituada a fazer, pois por exemplo se uma pessoa quisesse ir ao cinema teria que andar cerca de cento e quarenta quilómetros, ida e volta. A par disso, também seria preciso que se

notasse, que os médicos teriam sido muito penalizados na altura no caso da pandemia, uma vez que todos eles haveriam sofrido um corte de dez por cento de solidariedade nos seus ordenados, o qual só teria sido repostado presentemente. Assim não se iria convencer possivelmente um médico, o qual seria uma pessoa que teria pelo menos uma formação de onze anos, a deslocar-se a troco fosse do que fosse para um concelho da periferia, quer doesse quer não, pois apesar de aquele não ser o seu concelho de nascimento seria o seu concelho de coração, uma vez que teria sido onde haveria ficado e criado os seus filhos, e que também lhe doía ter que o dizer, mas que não se conseguiria convencer ninguém a vir para o concelho naquelas circunstâncias, nem haveria nenhum Presidente da ULS - Unidade Local de Saúde que o pudesse fazer. Mais disse, que no seu caso a teriam trazido por uma cordinha, com um engodo em que lhe haveria sido puxado o tapete, pois supostamente o concelho do Grupo D que seria o caso de Figueira de Castelo Rodrigo, teria uma bonificação de nota de um valor por ano, o que permitiria em futuros concursos ter uma melhor valia, e assim as pessoas iriam rodando e entrando num concelho do Interior do País tal como fariam os juizes, e depois aproximar-se-iam ou não conforme as suas disponibilidades e o seu interesse pessoal das suas áreas de residência ou mais centrais. Contudo teria vindo alguém, mais concretamente a Doutora Leonor Beleza, e que teria dito o nome sem problemas, que haveria retirado pura e simplesmente o que estaria estabelecido, o que na sua opinião teria achado um desrespeito pelas normas que estariam a vigorar e pela classe, o que seria um facto para todos os médicos da sua geração que teriam aquilo em mágoa. De seguida, voltou novamente ao caso de que o Serviço Nacional de Saúde se encontraria velho, sublinhou que aquela crise que se estaria a viver em dois mil e vinte e três deveria ter sido vivida em dois mil e dezassete, pois teria sido quando supostamente as pessoas do seu curso atingiriam a idade de reforma voluntária, só que os médicos teriam aguentado, tendo passado por uma pandemia e suportado o País, porque a verdade é que teria sido o seu grande curso, e que poderia dizê-lo assim com muito orgulho, que o haveriam suportado ajudados pelos colegas mais novos seguramente, mas que estariam a chegar todos aos setenta anos, uma vez que haveria referido que teria estado presente numa reunião de curso realizada em outubro passado, na qual teriam participado cerca de duzentos e cinquenta médicos, dos quais noventa por cento ainda estariam ao serviço, tal como também estaria na altura, mas que todos ou muitos já teriam pedido a reforma. Mais disse que o descalabro total daquela situação iria ser em dois mil e vinte e quatro.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção da Senhora Deputada Zélia Morgado, tendo dado de seguida a palavra ao Senhor Deputado Carlos Almeida, após este a ter solicitado.-----

-----O Senhor Deputado Municipal disse que pediria desculpa, pois não se haveria expressado bem ou então o Senhor Presidente da Câmara não teria percebido, uma vez que não haveria dito que a culpa seria do PSD - Partido Social Democrata nem dos governos do PSD - Partido Social Democrata, mas que não seria toda do atual governo. Em relação às tais políticas para se tentar travar a desertificação do concelho, mencionou que teria havido um esquecimento, pois não teria obtido nenhuma resposta por parte do Senhor Presidente da Câmara em relação ao que haveria sido questionado.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Carlos Almeida, tendo dado de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, após este a ter solicitado.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra, para dizer que aquilo que teria defendido, e que a Senhora Deputada Zélia Morgado o haveria dito por outras palavras, é que antigamente existiriam os médicos à periferia, e que não conseguiria perceber porque é que não poderia haver outra vez, quando a Assembleia da República teria a capacidade para legislar, apesar dos lobbies que estariam por trás e que teriam que se romper, mas que haveria médicos que viriam ao concelho. Por outro lado, também teria falado daqueles números clausus e daquelas médias na entrada para as universidades, e se alguém conseguiria provar que um aluno que entrasse para a universidade com média de dezoito ou dezanove seria melhor médico do que um que entrasse com quinze ou dezasseis. Assim sendo, e como não se poderia comprovar aquele facto, realçou que se abrissem mais vagas ou então que se baixassem as médias, tal como se faria em Espanha, tendo deixado ali aquela questão. Mais disse que o Senhor Deputado Municipal Carlos Almeida teria acabado por referir, que a culpa não seria toda do PSD - Partido Social Democrata, mas que haveria algo que todos teriam que constatar, e que passaria pelo o que é que teria sido feito nos últimos oito anos para se ter chegado aquele estado, em que os figueirenses apenas teriam dois médicos, havendo a necessidade de terem que ir para Viseu e para a Covilhã, não tendo acesso aos cuidados de saúde que deveriam ter. Quanto à questão demográfica explicou ao Senhor Deputado, que aquilo que teriam sido os dados que ali haveriam sido referidos, pois não saberia se o Senhor Deputado teria estado atento, mas os 17,7% seria relativo aos Censos de 2021, ou seja, estariam contemplados os anos de 2011 a 2021, uma vez que se realizariam de dez em dez anos, tendo ainda ressalvado que aquela seria uma preocupação dele, mas que também deveria ser de todos, mas que dele sempre teria sido. Saliou ainda que não encontraria acomodado, tal como teria sido dito pelo Senhor Deputado Carlos Almeida, nem na sua vida pessoal e muito menos na sua vida política, e que quem trabalhasse com ele diretamente e o conhecesse bem saberia que não o seria, mas antes pelo contrário, e que portanto acomodado não seria. Também haveria garantido, que estivesse quem estivesse sentado na cadeira do poder da câmara municipal de Figueira de Castelo Rodrigo ou de outra câmara qualquer, não teria uma varinha mágica para inverter aquela situação do problema demográfico, pois as políticas públicas que poderiam inverter, não seria inverter porque tal demoraria anos mas que poderiam atenuar, teriam que ser políticas públicas emanadas pelos governos que estariam a governar a nação, ao nível fiscal, do apoio à natalidade, ao nível de incentivos para que as pessoas se deslocassem, ou seja, teriam que ser políticas de choque e radicais, pois naquele momento ainda estariam ali a discutir e a debater a saúde e investimentos, se não caso contrário qualquer dia já nem haveria pessoas para aplaudir aos governantes quando viessem ao território, fossem eles de que partido fossem, e que aquela deveria ser uma preocupação de todos. Reiterou ainda a ideia de que nunca teria sido acomodado, pois se o fosse as coisas não haveriam acontecido. Relativamente à demografia e aos dados, esclareceu que só se voltariam a realizar censos dali por mais dez anos, e

que 17,7% haveriam sido os dados dos últimos dez anos, os quais não deveriam servir de arremesso político nem para nada nem para ninguém, mas deveria ser sim motivo de preocupação e de responsabilidade para todos, e que aquela é que seria a verdade.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo passado ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

-----**3.3. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 111/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu de imediato, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre o assunto em análise.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que aquela seria a fiscalidade amiga dos cidadãos, e que se lhe fosse permitido colocar-se-iam as quatro propostas à votação e que as explicaria a todas como um todo, uma vez que qualquer uma delas estaria pelo mínimo naquilo que beneficiaria os cidadãos do concelho, à exceção de uma que seria a do direito de passagem que estaria relacionada com as grandes empresas, e que iria ser taxada no máximo. Assim, e no que diria respeito ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e quanto à fixação da taxa, esclareceu que o executivo municipal teria proposto e que haveria sido aprovado por unanimidade em reunião de câmara, seria a aplicação do mínimo aos imóveis de 0,3%, pois seria aquilo que a Autoridade Tributária autorizaria fazer. Também salientou que haveria ali uma novidade, a qual passaria pela redução da taxa do chamado IMI familiar, em que antigamente o número de dependentes a cargo, com um seria de € 20,00 (vinte euros) e que agora teria passado para € 30,00 (trinta euros), bem como o de dois dependentes a cargo, que seria de € 40 (quarenta euros) teria passado para € 70 (setenta euros), e o de três ou mais dependentes que seria de € 70 (setenta euros) haveria passado para € 140 (cento e quarenta euros), tendo-se assim proposto pelo máximo para que se conseguisse ajudar mais as famílias, e que portanto no IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis seria pela taxa mínima.-----

-----Ao nível do IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares), mencionou que os 5% que a Autoridade Tributária permitiria devolver à população, o município devolveria os 5% e aplicaria zero, estando a devolver aos cidadãos do concelho aquele montante. Por outro lado, também teria deixado ali um dado muito importante, em que o Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e Sociocultural, Doutor Carlos Branquinho haveria feito aquele levantamento, que seria que com aquelas políticas e deliberações que sucessivos executivos teriam realizado, pois só no ano de dois mil e nove é que teria havido a aplicação de 3%, e nos anos de dois e mil e dez a dois mil e dezassete de 2% não tendo sido devolvido os 5%, mas que dali para a frente teria sido sempre zero, que o município através da aplicação daquelas políticas, já haveria distribuído pelos cidadãos €1.602.516,00 (um milhão seiscentos e dois mil quinhentos e dezasseis euros), e que grão a grão se iria beneficiando naquilo que seria possível as câmaras municipais concederem aos cidadãos, apesar de só ser permitido dos 5% decidir o que é que se pretendia devolver aos cidadãos, e que aqui aquilo que se haveria proposto seria devolver os 5% ao nível do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis.-----

-----Quanto ao lançamento da derrama, realçou que aquilo que teria sido proposto, seria uma taxa mínima que se poderia aplicar sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre rendimento de pessoas coletivas a cobrar no próximo ano, para sujeitos passivos com o volume de negócios no presente ano e que ultrapassasse os €150.000,00 (cento e cinquenta mil euros) de 1,5%, o que na sua opinião não saberia se existiriam no concelho assim tantas empresas com aquele volume de negócios. A par disso também se pretendia aprovar aquilo que diria respeito mais às empresas que estariam sediadas em Figueira de Castelo Rodrigo, de uma taxa de derrama de 0% para os sujeitos passivos com a residência fiscal e sede social no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, com um volume de negócios no presente ano que não ultrapassasse os €150.000,00 (cento e cinquenta mil euros), tendo o executivo municipal ido também ao máximo daquilo que se poderia atribuir aquele nível, para quem tivesse a sede social da sua empresa no concelho.-----

-----No que diria respeito à taxa municipal dos direitos de passagem explicou, que seriam taxas aplicáveis a grandes empresas e que ali a câmara municipal só poderia ir até ao máximo de 0,25%, sendo então aquele valor percentual aplicável. Assim sendo, disse que seria aquilo que estaria a propor aquela assembleia, depois de todas aquelas propostas terem sido aprovadas por unanimidade na câmara municipal, uma vez que elas teriam como fim último beneficiar os cidadãos e as empresas do concelho.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo perguntado se algum dos Senhores Deputados pretendia inscrever-se para intervir naquele ponto, não tendo havido qualquer inscrição, sendo de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

-----**3.4. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 112/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Participação do Município no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS).**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal abriu a proposta à discussão dos Senhores Deputados, não tendo havido qualquer inscrição para discussão, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

-----**3.5. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 113/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Lançamento de Derrama.**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal abriu a proposta à discussão dos Senhores Deputados, não tendo havido qualquer inscrição para discussão, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

-----**3.6. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 114/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP).**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal abriu a proposta à discussão dos Senhores Deputados, não tendo havido qualquer inscrição para discussão, sendo que de seguida foi

colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

**-----3.7. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 118/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Proposta de Deliberação e submissão à Assembleia Municipal - Formas de Apoio às Freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações - União de Freguesias de Colmeal e Vilar Torpim – Protocolo de Cooperação.-----**

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal passou de seguida, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre as propostas relacionadas com os apoios às freguesias e a celebração de um contrato comodato.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que, haveria ali algumas propostas para apoiar financeiramente alguns investimentos nas freguesias, pois como se saberia aqueles apoios não poderiam ser atribuídos sem que fossem aprovados ali naquela assembleia municipal. Naquele sentido existiria ali um pedido da União de Freguesias de Colmeal e Vilar Torpim, para um apoio financeiro de €68.000,00 (sessenta e oito mil euros) mais IVA, para substituição de calçadas nas ruas da freguesia que estariam completamente degradadas. Ressalvou então que no fundo se trataria de propor ali a aprovação e obviamente a atribuição da verba mediante os respetivos autos e o trabalho efetuado.-----

-----Por outro lado, também haveria sido apresentado um pedido por parte da freguesia de Escalhão, o qual na sua opinião faria todo o sentido, tendo igualmente dado os parabéns pela participação que teriam tido naquele primeiro evento do ciclo de eventos " É cá da Terra - Feira de Saberes e Sabores", onde se haveria encontrado biscoitos de Escalhão em grande fartura. Explicou que aquela terra teria ali muita tradição naqueles biscoitos, e que a Junta de Freguesia queria terminar um forno comunitário para que toda a população pudesse ir lá a fazer os bolos e os doces típicos de Escalhão. Como tal, a Junta de Freguesia estaria ali a pedir uma verba de €10.000,00 (dez mil euros), a qual para além de vir a ajudar a custear o forno comunitário, também iria servir para a substituição da porta de madeira maciça da Igreja Matriz de Escalhão. Portanto no seu entendimento, julgaria que aquele apoio se enquadraria bem naquilo que seriam as necessidades da população a qual esperaria que usasse o forno.-----

-----Relativamente à proposta daquilo que haveria sido o pedido da Freguesia de Mata de Lobos, informou que teria a ver com um pedido de um apoio financeiro no valor de €7.855,00 (sete mil oitocentos e cinquenta e cinco euros), o qual explicou que seria um bom exemplo a seguir, pois as escolas primárias encontrar-se-iam praticamente todas encerradas e grande parte delas ao abandono, e que a escola primária da Mata de Lobos, através de um contrato de comodato haveria sido cedida à Junta de Freguesia, a qual iria lá instalar três Associações do concelho, os Caminheiros do Águeda Associação, a Associação de Caçadores de Mata de Lobos e a Associação Viva à Mata. Assim ressaltou que aquela seria uma verba para ajudar naquilo que teriam sido as pequenas grandes obras na escola primária, e que naquele sentido aquelas associações ficariam com sede, mas que também ao nível da câmara municipal já se haveria apoiado os Caminheiros do Águeda Associação, no apetrechamento para um computador e impressora, mas também naquilo que seria o normal funcionamento de uma associação. Contudo naquela proposta aquilo que ali se estaria a solicitar, seria um apoio para a realização de obras

para que se fizesse face a melhoramentos na escola primária, e no fundo fossem atribuídos espaços a três associações do concelho.-----

-----Quanto à proposta apresentada pela União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia, passaria pela realização de um contrato de comodato de um equipamento, o qual estaria relacionado com a cedência de um kit de primeira intervenção contra incêndios rurais que seria propriedade do município. De seguida esclareceu, que a câmara municipal teria à sua disposição uma viatura que estaria equipada com aquele kit de intervenção de incêndios, a qual apesar de já não ter sido naquele executivo municipal, haveria ficado decidido que aquela carrinha iria ficar afeta a outro serviço, e aquele material estaria lá encostado e sem uso. Como tal, tendo aquela União de Freguesias uma carrinha em que aquele equipamento se adaptaria, teria pedido à câmara municipal e naquele momento à assembleia, a cedência através do contrato de comodato daquele kit para a intervenção contra incêndios rurais, o qual seria propriedade do município de Figueira de Castelo Rodrigo, e que a ser aprovado ficaria na União de Freguesias para também ali ficar ao serviço da população, naquilo que seria o combate a incêndios florestais.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo perguntado se algum dos Senhores Deputados pretendia inscrever-se para fazer alguma intervenção naquele ponto, não tendo havido qualquer inscrição, sendo de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

**-----3.8. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 119/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Proposta de Deliberação e submissão à Assembleia Municipal - Formas de Apoio às Freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações - Freguesia de Escalhão – Protocolo de Cooperação.-----**

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal abriu a proposta à discussão dos Senhores Deputados, não tendo havido qualquer inscrição para discussão, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

**-----3.9. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 120/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Proposta de Deliberação e submissão à Assembleia Municipal - Formas de Apoio às Freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações - Freguesia de Mata de Lobos – Protocolo de Cooperação.-----**

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal abriu a proposta à discussão dos Senhores Deputados, não tendo havido qualquer inscrição para discussão, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

**-----3.10. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 125/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Proposta de Deliberação e submissão à Assembleia Municipal - Formas de Apoio às Freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações - União de**

**Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia – Contrato de Comodato de Equipamento.**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal abriu a proposta à discussão dos Senhores Deputados, não tendo havido qualquer inscrição para discussão, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

**3.11. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 126/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Juízes Sociais - Secção Local de Família e Menores do Juízo de Competência Genérica de Figueira de Castelo Rodrigo.**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal antes de prosseguir, haveria solicitado que fosse retirada da proposta a parte da secção local de família e menores porque ela não existiria, ficando apenas o juízo de competência genérica de Figueira de Castelo Rodrigo. Assim sendo aquele ponto passaria a ter a seguinte redação, **3.11. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 126/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Juízes Sociais - Juízo de Competência Genérica de Figueira de Castelo Rodrigo.**-----

-----De imediato a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre o tema em discussão.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal expressou que relativamente aquele assunto, que estaria relacionado com os juízes sociais, é que haveria sido solicitado ao município de Figueira de Castelo Rodrigo pela Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Guarda, na medida em que teria havido uma notificação porque existiria um caso em que seria necessário a intervenção dos juízes sociais, ou pelo menos queriam que houvesse a sua intervenção, mas a lista que estaria em vigor ou melhor que teria sido formada mas que nunca haveria estado em vigor, pois existiria uma deliberação de vinte e um de março de dois mil e dois, só que nunca teria sido publicada, a qual mesmo que tivesse sido publicada atualmente as pessoas já não reuniriam as condições necessárias para o efeito, porque já teriam mais de sessenta e cinco anos, mudado de residência ou mesmo por falecimento. Assim sendo, aquilo que haveria sido pedido pelo Tribunal teria sido, que no fundo fossem desenvolvidos todos os esforços para se procedesse à constituição da listagem dos juízes sociais. Mais sublinhou, que quem teria efetuado aqueles contactos e a avaliação de pessoas a convidar, haveria sido em sede do Concelho Local da Ação Social (CLAS), o qual seria composto por várias entidades e associações, tendo o mesmo vindo a propor à câmara municipal as pessoas que integrariam a listagem anexa à presente proposta. Destacou ainda que das pessoas que haveriam sido propostas e dos contactos posteriormente realizados pelo Senhor Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e Sociocultural, Doutor Carlos Branquinho, ter-se-ia verificado que três das pessoas propostas encontrar-se-iam impedidas de exercer as funções no ano de dois mil e vinte e quatro porque já teriam ultrapassado o limite de sessenta e cinco anos de idade, e que seis dos designados haveriam comunicado a sua indisponibilidade para aceitar o cargo. Naquele âmbito mencionou, que as pessoas que teriam aceitado estariam referidas na lista dos candidatos já apresentada, e que não iria revelá-las de uma a uma, mas que se aquela assembleia a viesse a aprovar

uma vez que a câmara municipal já a haveria aprovado, ser remetido ao tribunal para que quando tivesse necessidade de recorrer aos juizes sociais, ter aquelas pessoas para poderem participar naquilo que a ação judicial e os juizes entendessem, e que portanto seria aquela a proposta.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo perguntado se algum dos Senhores Deputados pretendia inscrever-se para intervir naquele ponto, não tendo havido qualquer inscrição, pelo que de seguida teria questionado os mesmos no sentido, de o Senhor Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e Sociocultural do município, Doutor Carlos Branquinho, ter falado com a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, sobre se deveria fazer uma votação secreta relativamente à eleição da lista dos candidatos a juizes sociais, no entanto no seu entendimento e como aquilo seria uma lista global, com os nomes que haveriam sido propostos pelo Concelho Local da Ação Social (CLAS), que fosse aprovada e submetida à aprovação dos Senhores Deputados Municipais a proposta em si.-----

-----De seguida a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal perguntou, se todos os membros presentes naquela assembleia estariam de acordo com aquela apreciação, o que sucedeu, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

-----**3.12. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 116/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Mapa de Pessoal para 2024.**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu de imediato, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar quanto aquele ponto.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que no que diria respeito ao mapa de pessoal para 2024, o qual como se saberia seria apenas uma mera previsão de postos de trabalho, não correspondendo àquilo que seria o número de trabalhadores ao serviço, pois seriam previsões. Como tal iria deixar ali uma informação que poderia vir a ser útil, a qual passaria pelo facto de que desde dois mil e vinte que a câmara municipal teria cento e oitenta e dois funcionários, em dois mil e vinte e um cento e setenta e seis, em dois mil e vinte e dois cento e setenta e em dois mil e vinte e três cento e sessenta e sete, o que equivaleria que o município haveria baixado o número de funcionários, mas ao qual se teria que juntar e que por aquele motivo é que apareceriam duzentos e dez, os auxiliares do Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo. Acrescentou ainda que desde o ano de dois mil e vinte um já haveriam saído quinze funcionários, a grande parte por reforma e também em mobilidade para outros serviços, sendo que o número de reformados seria muito superior do que aquilo que seriam as mobilidades. Também esclareceu que hoje em dia as exigências nas câmaras municipais seriam muito maiores, uma vez que teriam mais competências e estar-se-iam a substituir em muito ao governo quer na área da educação, da ação social, quicá da saúde, na agricultura como já se haveria constatado e da habitação. Como tal a autarquia teria de estar dotada de técnicos capazes, e, no fundo adaptar-se àquilo que seriam as suas reais necessidades. Mais disse que o mapa pessoal seria praticamente idêntico ao do ano transato, o qual já abrangeria

os duzentos e dez funcionários, os quais seriam os lugares que estariam ocupados, em que já se contaria obviamente com todos aqueles que se haveriam recebido do agrupamento de escolas. Por outro lado, ressaltou que existiriam vinte e seis lugares que estariam em duplicado, pois aquele executivo municipal haveria entendido e também porque os funcionários o mereceriam, fazer a mobilidade a treze funcionários, uma vez que existiriam assistentes operacionais que seriam licenciados e que nunca lhe haveria sido regularizada a situação, bem como a de assistentes operacionais que exerceriam funções de assistentes técnicos, e que nunca teriam visto normalizado a sua categoria, mas que com aquele executivo iriam conseguir concretizá-lo. Assim sendo, apareceriam os lugares de origem e igualmente os lugares para onde iriam com a mobilidade, mas a par disso também haveria alguns lugares previstos e que seriam necessários para o bom funcionamento da câmara municipal, o que teria levado a um total de duzentos e oitenta e seis, segundo aquilo que os serviços dos recursos humanos em conjunto com o chefe de divisão administrativa, financeira e sociocultural e o executivo municipal haveriam entendido manter, não querendo dizer com aquilo que iriam ser todos preenchidos porque não iriam mesmo, até porque estariam concursos abertos, os quais seriam burocráticos e mesmo que se pretendesse não se conseguiria que fossem preenchidos. Portanto na sua opinião, aquele seria um mapa de pessoal equilibrado e até com deficiência em alguns serviços, nomeadamente ao nível da limpeza urbana, cantoneiros, motoristas de pesados porque efetivamente só existiriam dois, ao nível de canalizadores, da economia, da gestão, do direito e da veterinária, em que todos eles estariam criados podendo vir ou não a serem ocupados. Destacou ainda que estaria previsto aqueles funcionários que teriam direito ao subsídio de penosidade e insalubridade, tendo aquele executivo municipal resolvido o problema aos funcionários que desempenhariam funções que colocariam em risco o que seria a saúde pública, e que teriam direito a recebê-lo. Mais disse que a atribuição daquele subsídio seria uma grande injustiça, porque só haveriam sido consideradas algumas categorias, só que na câmara municipal de Figueira de Castelo Rodrigo teria sido aplicado diretamente a todos funcionários que estariam naquelas carreiras, para além de terem sido pagos os retroativos, desde o ano em que aquele executivo municipal haveria entrado em funções, e atribuído a subvenção máxima de € 4,95 (quatro euros e noventa e cinco cêntimos) por dia, a quem fizesse o serviço, pois quando chegaram ter-se-iam deparado com situações em que um jardineiro seria canalizador e um cantoneiro que pudesse ser eletricitista. Perante tal e também porque a lei o permitiria esclareceu, que haveriam sido dadas orientações aos encarregados para que os funcionários que executassem aquelas funções em determinado dia, tendo dado como exemplo um funcionário que fosse chamado para ir desentupir um esgoto, o encarregado iria registar o serviço realizado o qual seria pago no final do mês, apesar de mesmo assim achar que nunca seria justo e que aquela lei deveria ser revista, mas que não dependeria daquele executivo municipal tal revisão à lei. Porém aquilo que haveria sido proposto teria sido aquele mapa de pessoal, o qual contaria com lugares previstos que provavelmente não iriam ser ocupados, mas que haveriam sido mantidos mediante aquilo que às vezes poderiam vir ser as mobilidades e as exigências do futuro próximo na transferência de competências, e como tal estariam previstos para que o município não ficasse refém da falta de técnicos em várias áreas que seriam tão necessárias.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo perguntado se algum dos Senhores Deputados pretendia inscrever-se para fazer alguma intervenção naquele ponto, não tendo havido qualquer inscrição, sendo de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por maioria dos votos dos membros presentes, com catorze votos a favor da Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Sandra Monique Beato Pereira, da Senhora Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Anabela Saraiva Pinto Coelho, da Senhora Presidente de Junta da Freguesia da União de Freguesias de Algodres, Vale de Afonsinho e Vilar de Amargo, Ana Isabel Saraiva Marques, da Senhora Deputada Municipal, Ana Filipa Gomes Paiva Ribeiro, do Senhor Deputado Municipal, Bruno Miguel Aguilar Silva, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia, Carlos Alexandre Canotilho Coelho, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mata de Lobos, João Ricardo Sousa Almeida, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Figueira de Castelo Rodrigo, José Manuel Lourenço Ferreira, da Senhora Deputada Municipal, Maria de Lurdes Lopes Mendes Pereira, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Escalhão, Mário Francisco Macias Pinto, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Almofala e Escarigo, Nuno João Pimentel janeiro, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Colmeal e Vilar Torpim, Nuno Miguel Ferreira Garcia Seixas, da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Rodrigo, Olga Cristina Russo dos Santos e da Senhora Deputada Municipal, Patrícia Daniela Gouveia Ferreira, com cinco votos de abstenção da Senhora Deputada Municipal, Cristiana Amélia Nunes Mendes, da Senhora Deputada Municipal, Daniela Marisa Panta Nunes Montes, do Senhor Deputado Municipal, Henrique Manuel Ferreira da Silva, do Senhor Deputado Municipal, João Pedro Ruas Quadrado e da Senhora Deputada Municipal, Zélia Emília Salvado da Costa Morgado, e com um voto contra do Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Rui Miguel Marques Inácio, não tendo participado na votação o Senhor Deputado Municipal, Carlos Manuel Gonçalves Almeida e o Senhor Deputado Municipal, Luís Ricardo Beato Pereira, por não terem estado presentes no momento da votação.-----

-----**3.13. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 117/2023 - PCM/MANDATO 2021-2025, Instrumentos Previsionais para o ano de 2024 – Orçamento Grandes Opções do Plano e Norma de Execução Orçamental.**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu de imediato, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar quanto sobre o assunto em discussão.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal iniciou a sua intervenção, dizendo que aquele seria o ponto mais importante da ordem de trabalhos, porque o Orçamento e as Grandes Opções do Plano constituiriam o instrumento de gestão mais importante da câmara municipal. Explicou que o Orçamento a apresentar tal como já haveria sido dito, seria considerado por aquele executivo municipal ambicioso, rigoroso e responsável para que garantisse respostas e qualidade de vida à população, mas também em que se promovesse o progresso do concelho, mesmo em tempo de

grandes incertezas como aquele em que se estaria a viver. Sublinhou que aquele Orçamento seria superior ao do ano transato, porque efetivamente teria havido ali um trabalho enorme para que se arranjassem fundos comunitários, e tal como já todos os presentes teriam verificado, só no quartel da GNR - Guarda Nacional Republicana, nas habitações do IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, e nas obras que já estariam a decorrer e que seriam financiadas iria aumentar em muito o Orçamento. Também referiu que aqueles documentos previsionais no seu entender, iriam em conta das expectativas dos cidadãos, especialmente para o exercício normal daquilo que seria a atividade autárquica, a qual se pretenderia que estivesse adequada àquilo que seriam as necessidades numa realidade que nem sempre seria previsível, tanto que há bem pouco tempo ninguém teria conseguido prever que houvesse mais uma guerra no médio oriente, o que faria com que se estivesse a viver situações de imprevisibilidade e que os orçamentos tivessem que ser alterados. Naquele sentido teria dito, que o Orçamento que ali estaria a apresentar iria ser alterado muito em breve, por causa daquela aprovação do Programa do Primeiro Direito, o qual teria uma verba de mais de €2.000,000,00 (dois milhões de euros) para serem inseridos, e que não estariam previstos naquela proposta de Orçamento. Enunciou então que aquele Orçamento para além de ser ambicioso, também daria prioridade às medidas de apoio de emergência social, para atender às necessidades mais prementes dos cidadãos do concelho, em que ali teria referenciado que se reforçaria sempre que fosse necessário o serviço do Cartão Municipal de Saúde Municipal "Cuidar dos Nossos", bem como a continuação do programa Dar Visão a Figueira de Castelo Rodrigo, que seria as operações às cataratas. Mais disse, que enquanto houvesse dinheiro na câmara municipal de Figueira de Castelo Rodrigo e um cidadão que precisasse de cuidados de saúde, desde que estivesse no âmbito das suas competências e atribuições e que não violasse a lei, não haveria de ficar nenhum figueirense para trás. Também salientou, que a rubrica da ação social estaria com menos verba do que no ano passado, mas que a da saúde teria sido contemplada no ano anterior com menos verba, e que portanto ter-se-ia retirado o dinheiro da ação social e colocado na saúde que seria onde deveria estar, quer fosse a verba investida no Cartão de saúde Municipal quer fosse no programa Dar Visão a Figueira de Castelo Rodrigo, havendo assim uma continuação e um reforço daqueles programas, tendo em conta o presente estado do Serviço Nacional de Saúde, o qual já ali haveria sido debatido no decorrer daquela sessão. Quanto ao nível da ação social e do bem-estar esclareceu, que se iria continuar a monitorizar através de teleassistência os idosos que viveriam sozinhos e que estariam desprotegidos, pois segundo os censos realizados pela GNR - Guarda Nacional Republicana, o distrito da Guarda seria aquele onde haveria mais idosos isolados, e que aquela teleassistência seria muito importante e daí a sua continuidade. Da mesma forma também se iria valorizar os idosos do concelho, através dos apoios que se encontrariam estipulados em todos os regulamentos que estariam em vigor no município figueirense, como igualmente se iria voltar a organizar aquilo que seria o Dia do Idoso e o Dia do Orgulho Sénior. Por outro lado informou, que a autarquia iria continuar a reparar os fogos de habitação social, em que muitos deles seriam propriedade da câmara municipal, pois encontrar-se-iam completamente deteriorados, tendo dito que duas habitações já haveriam sido reabilitadas, porque efectivamente não se encontrariam em condições de serem habitáveis, e como tal

autarquia iria continuar a reparar os fogos de habitação social, em que muitos deles seriam propriedade da câmara municipal, pois encontrar-se-iam completamente deteriorados, tendo dito que duas habitações já haveriam sido reabilitadas, porque efetivamente não se encontrariam em condições de serem habitáveis, e como tal aos poucos estar-se-ia a fazer aquele investimento. Também naquele Orçamento estaria previsto a reabilitação de quinze fogos no centro histórico de Figueira de Castelo Rodrigo, num investimento de €1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil euros) financiado a 100%. Destacou ainda que quanto às obras do quartel da GNR - Guarda Nacional Republicana, já teria sido lançado o concurso, em que cujo investimento seria na ordem €1.250.000,00 (um milhão e duzentos e duzentos e cinquenta mil euros), o que iria fazer com que o orçamento fosse muito superior ao do ano passado. Também ao nível da agricultura, disse que seria uma área que estaria voltada ao abandono em todo o País pelo menos nos últimos anos, com atrasos nos apoios aos agricultores e com o abandono das direções regionais naquele território, uma vez que se iria acabar não só com a Direção Regional da Cultura mas também a da Agricultura, passando tudo para a CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, e que logo se veria o que dali viria. Explicou que como o município já teria o projeto concluído para as obras na barragem, que quando fosse eleito o novo governo se iria bater à porta do senhor ministro ou da senhora ministra para lhe comunicar, que já existiria um compromisso com o município para a publicação do aviso, para que se realizassem as obras que seriam tão necessárias na Barragem de Santa Maria de Aguiar, quer para a sua legalização quer para o aumento da sua cota. A par disso também referiu, que estaria previsto naquele Orçamento, a reabilitação da central de bombagem da barragem da Vermiosa, pois teria de ser a câmara municipal a executá-las, embora tivesse tido o apoio da DRAP - Direção Regional da Agricultura e Pescas do Centro. Disse ainda que na área da agricultura, continuar-se-ia com aquela iniciativa de promoção dos produtos locais, da valorização da agricultura, dos agricultores e daquilo que seria da terra, através da realização de um ciclo de iniciativas mensais designado "É cá da Terra - Feira de Saberes e Sabores", a qual iria culminar no mês de outubro com a Feira Agrícola Transfronteiriça, em que se iria encher de orgulho o mundo rural, os agricultores e produtores do concelho, mas igualmente uma mostra de produtos, de gado e daquilo que se produziria no território, bem como de maquinaria agrícola e de empresas todas ligadas aquele setor. Por outro lado, também haveria mencionado que se esperaria e estaria previsto, uma vez que só faltaria o parecer da APA - Agência Portuguesa do Ambiente, pois de resto já estaria validado por as diversas entidades, e que seria a construção do Parque de Lazer e da Praia Fluvial na Barragem de Santa Maria de Aguiar, tendo evidenciado que o projeto já se encontraria concluído, com a aprovação do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, faltando apenas a emissão daquele parecer. Mais explicou que antes de ter sido enviado o projeto para aquela entidade, teria havido uma reunião na câmara municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, no sentido de se elaborar o projeto de acordo com aquilo que seria o seu entendimento e possível construir. Também disse que um dia ou na próxima assembleia se assim o pretendessem, poderia mostrar aquele projeto o qual iria ser lindíssimo, e finalmente, porque ouviria desde criança que Figueira de Castelo Rodrigo precisaria de uma Praia Fluvial, que se não

não fosse para o ano, pois esperaria que o empreiteiro que ganhasse o concurso a fizesse já para o ano, mas se tal não fosse possível que fosse no início do próximo, mas que estaria convencido que seria mesmo para o ano que o concelho iria ter uma Praia Fluvial, e com um projeto belíssimo. Esclareceu ainda que a APA - Agência Portuguesa do Ambiente, teria um mês para dar resposta e que passado aquele tempo estaria tacitamente aprovado, pelo que ainda não haveria passado aquele período de tempo, mas que se poderia avançar com a obra logo no início de dois mil e vinte e quatro, e que no verão se iria ver mais gente a ficar no concelho, porque Figueira de Castelo Rodrigo iria ter uma Praia Fluvial muito, mas muito bonita. A seguir deu nota de que estaria previsto a revalorização turística naquele Orçamento, onde se iriam terminar os projetos, tais como o da requalificação do Miradouro da Marofa, pois quem teria pensado naquilo teria sido o padre Canário, pelo que lhe haveria dado uma temática religiosa ao alto da serra da Marofa, em que iria ficar com uma cruz suspensa a entrar no horizonte e com a reabilitação toda à volta do Cristo Rei ficaria um miradouro brutal, mas também o Miradouro do Alto da Sapinha, o qual iria ficar com mais estacionamento, reabilitado, e que igualmente iria entrar dentro da paisagem o que valorizaria em muito o território. Realçou também que as obras no Posto Turismo de Barca d'Alva já estariam a decorrer, o qual iria servir de porta de entrada do Parque Natural do Douro Internacional, e que igualmente estaria previsto a reconstrução da escadaria de acesso ao passeio ribeirinho, passando assim as verbas para o ano seguinte, visto que seria quando acabariam as obras. Por outro lado referiu que continuar-se-ia a organizar eventos de qualidade, tanto para quem expusesse mas também para quem os visitasse, tendo aproveitado de seguida para falar de todos aqueles que se haveriam realizado, como a Recriação Histórica da Batalha de Castelo Rodrigo, a "Terra Natal", o "É cá da Terra - Feira de Saberes e Sabores", a Festa da Amendoeira em Flor e o Baile de Finalistas que atualmente teriam outras condições, bem como o Baile de Finalistas em que se usufruía da tenda, uma vez que o Pavilhão dos Alcim seria privado e estaria lá a laborar uma fábrica de descasque de amêndoa. A par disso também salientou, que se teria mais algumas despesas na área do turismo, para a participação da autarquia em feiras na área do turismo, em conjunto com os restantes município da CIMBSE - Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, tais como na BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa, FITUR - Feira Internacional de Turismo e INTUR - Feira Internacional de Turismo do Interior, a qual teria sido uma decisão tomada entre todos os presidentes de câmara pertencentes aquela comunidade intermunicipal. No que diria respeito à Academia Sénior sublinhou que se iria continuar com aquele projeto, o qual teria cada vez mais alunos que estariam muito mais dinâmicos e interativos, tanto que já haveriam criado um grupo que atuaria para o público ao nível dos cavaquinhos e do coro, o que seria muito gratificante ver aquilo que estariam a fazer. Por outro lado explicou que iria haver ali uma alteração no nível das prioridades, porque o Governo teria entendido que a obra na Escola Secundária seria prioritária e não a do Centro Escolar, e que portanto só financiaria a reabilitação da Escola Secundária, porque teria havido um atraso enorme por parte do anterior executivo, naquilo que seria a execução dos procedimentos para o centro educativo, e ter-se-iam perdido as verbas na ordem dos € 800,000,00 (oitocentos mil euros), as quais já não se conseguiriam recuperar, uma vez que o Portugal 2020 estaria a terminar e só se precisaria de fechar obras, mas que a escola naquele momento é que seria prioritária, tanto que teria que ser feito um

projeto para lá, o qual iria ter o financiamento do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, que já se encontraria publicado em Diário da Republica, e que a escola seria prioritária para ser reabilitada. Referenciou também que existiriam alguns investimentos ao nível da classe mais jovem. Mais disse que aquele Orçamento, para além daquilo que seria a ação social e o apoio na área da saúde, também teria previsto a beneficiação e reparação de edifícios onde funcionariam alguns serviços municipais, os quais teriam andado anos e anos ao abandono, tal como seria o caso do Pavilhão dos Desportos em que choveria lá dentro e teria andado assim eternamente, a nível de deficiência energética e de cobertura a Casa da Cultura, pois teria explicado que até seria sido do Partido Socialista que com muito mérito a haveria construído, achava que ainda ninguém lhe teria mexido desde essa altura, mas tanto ao nível do telhado uma vez que meteria água, mas também da eficiência energética, indo-se assim intervir naquele edifício. Destacou ainda a requalificação do espaço verde entre a Avenida Doutor Francisco Sá Carneiro e a Avenida 25 de Abril, ou seja, onde se encontraria o brasão iria ficar um projeto lindíssimo, em que no início do mês de janeiro seria lançado o concurso para a obra, a qual iria mudar por completo a entrada de Figueira de Castelo Rodrigo. Mencionou igualmente que o Largo Doutor Vilhena iria ser intervencionado, ao nível da reposição da calçada ficar toda igual, mas com uma réplica conforme estaria, bem como a substituição das árvores que se encontrariam decrépitas e podres, tanto que algumas até já estariam suportadas por estruturas. Explicou também que as grades se manteriam as originais e conforme estariam, mas que se iria ampliar mais o espaço e metê-lo ao nível da estrada e de acessibilidade para todos quantos o visitassem. Assim sendo, aquele executivo municipal pretenderia embelezar o Largo mais emblemático da Vila, sem lhe ser retirado aquilo que seriam as suas características originais, porque efetivamente já o mereceria, e a partir dali as pessoas poderem vir a fruir ali dentro. Mais esclareceu que a fonte se iria manter no mesmo local e maior, mas que as grades teriam que ser retiradas para que o espaço fosse levantado, porém seriam todas colocadas, reabilitadas e pintadas, pelo que iria ficar ali um espaço muito aprazível. Por outro lado realçou que igualmente estaria contemplado naquele Orçamento, a conclusão do projeto da Pedovia entre Figueira de Castelo Rodrigo e o Convento de Santa Maria de Aguiar, bem como a execução da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Zona Industrial e da Estação Elevatória de Águas Residuais no Ribeiro das Alagoas em Figueira de Castelo Rodrigo, porque como se saberia aquele executivo municipal e o anterior haveriam sido fiscalizados, uma vez que todos os esgotos da zona industrial estariam a ir a céu aberto para uma linha de água, e que, portanto aquele problema teria que ser resolvido, o qual já haveria chegado a tribunal e a câmara municipal sido notificada, pois a multa a pagar poderia ir até aos €2.000,000,00 (dois milhões de euros), mas que pensaria que estaria praticamente concluído aquele projeto, e nas Alagoas quem conheceria Figueira de Castelo Rodrigo, teria conhecimento que a seguir aos armazéns municipais correriam a céu aberto os esgotos, só que depois de tantos anos de estar ali aquilo, o SEPNA - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente, foi lá e teria notificado a autarquia, a qual haveria recorrido e iria executar aquela obra. Quanto à Ponte Sarmiento Rodrigues e a iluminação cénica de Barca d' Alva referiu, que a obra estaria a terminar mas que faltaria pagá-la, e que por aquele motivo existiriam verbas para dois mil e vinte e

quatro. Sublinhou ainda que se iria rever o Plano Diretor Municipal, a fiscalidade continuaria igual, mas também se pretendia realizar ali a transição energética, a conectividade digital, o combate às alterações climáticas, e por aquela razão estariam alocadas algumas verbas na parte ambiental. Esclareceu igualmente, que se continuaria a cativar mais investimentos provenientes de fundos comunitários, apesar de já terem sido cativados muitos durante aquele ano, e que por isso o Orçamento teria muito mais verba, as teriam que ser executadas porque o PRR - Plano de Recuperação e Resiliência teria prazo, em que maior parte delas haveriam que estar concluídas, umas em dois mil e vinte e cinco e outras no máximo até dois mil e vinte e seis, em que algumas delas já estariam a ser executadas outras iriam-se abrir os procedimentos para que se avançassem com as obras. Assim no fundo evidenciou, que aquilo que se entenderia que deveria ser feito, seria proporcionar mais desenvolvimento e qualidade de vida aos figueirenses. Deu também nota que se iriam celebrar os 50 anos do 25 de Abril com algumas atividades, tanto que já estariam algumas verbas cativas para aquela iniciativa.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel Martins Condesso, terminou a sua intervenção dizendo que aquele seria um orçamento ambicioso, rigoroso e responsável, em que a posição diria sempre que seria um bom Orçamento e a oposição um mau Orçamento, mas que na sua opinião e que esperaria que acreditassem, seria aquele com o qual no final de dois mil e vinte e quatro se iriam ver muitas diferenças no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, fruto do seu investimento. Destacou ainda que aquele Orçamento teria que vir a ser adaptado muitas e muitas vezes, porque o PRR - Plano de Recuperação e Resiliência teria que ser executado, e como tal aquilo que o governo haveria estado a fazer até aquele momento e bem no seu entender, é que como não o conseguiria executar porque o dinheiro seria muito, estaria a passar as responsabilidades para as autarquias, dividindo-o daquele modo pelas trezentos e oito câmaras municipais existentes no País, ou seja, atribuir-se-ia a verba mas teriam de ser os municípios a elaborar os projetos, lançar os concursos, acompanhar e a fiscalizar as obras, para que depois no final fossem colocadas à disposição da população. Assim sendo, deixou à consideração de todos os Senhores e Senhoras Deputadas, bem como para todas as explicações que entendessem ser necessárias fazer, relativamente aquele Orçamento para dois mil e vinte e quatro. De seguida e tendo-se dirigido à Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse, que estaria à disposição daquela Assembleia para aquilo que fosse o seu entendimento.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo perguntado se algum dos Senhores Deputados pretendia inscrever-se para fazer alguma intervenção naquele ponto, pelo que passou de imediato a palavra ao Senhor Deputado Carlos Almeida.-----

-----O Senhor Deputado Municipal expressou, que naturalmente aquele não teria sido o Orçamento apresentado pelo Partido Socialista, pois como bem haveria dito o Senhor Presidente da Câmara, uns iriam achar que estaria muito bem, outros nem tanto. Na sua opinião, pensaria que as preocupações sociais de um orçamento do PS - Partido Socialista seriam substancialmente diferentes, parecer-lhe-ia, mas acharia que o atual executivo municipal poderia vir a emendar um erro do executivo anterior em

em relação à população de Almofala e de Vermiosa, uma vez que todas as aldeias teriam merecido uma estrada à exceção daquelas duas freguesias, as quais teriam um caminho estreito e sem o mínimo de condições de transitabilidade, e que sinceramente seria uma afronta para as pessoas de Vermiosa e de Almofala. Mais disse que aquela obra teria surgido desde o tempo do Senhor Mário Figueiredo, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Almofala, eleito pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata, haveria reivindicado tantas e tantas vezes, mas que enfim, nunca ninguém o teria ouvido. Também destacou que ele próprio já o teria pedido várias vezes, bem como os atuais e os anteriores Presidentes de Junta de Freguesia de Vermiosa e de Almofala que igualmente já haveriam formulado o pedido, mas que apenas teriam recebido um caminho que não serviria rigorosamente para nada.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Municipal, tendo perguntado se mais algum dos Senhores Deputados pretendia inscrever-se para intervir naquele ponto, pelo que passou de imediato a palavra ao Senhor Deputado Municipal, João Quadrado.-----

-----O Senhor Deputado Municipal começou a sua intervenção, por se dirigir ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para lhe deixar uma nota, a qual também teria achado que seria importante para todos, pois não existiria nem dinheiro europeu, nem fundos europeus, nem dinheiro público, mas existiria o dinheiro que seria de todos, o dinheiro dos contribuintes, e que seria disso que se estaria ali a falar, porque seria importante que toda a gente tivesse aquela noção, de que não haveria nenhum saco mágico onde de vez em quando apareceria dinheiro, mas que seria o dinheiro de todos aqueles que pagariam impostos. Relativamente ao Orçamento referiu que já o conheceria há três anos, tanto que teria começado a desenvolver uma relação de amizade, porque seria muito semelhante aos outros que já haveriam sido ali apresentados. Explicou que em dois mil e vinte e dois começaria, pelo que passou a citar, " num período de grande incerteza associado ao Covid-19, tinha como prioridades robustecer a economia local, atrair fluxos turísticos, e nas Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e dois, legalizar a barragem de Santa Maria de Aguiar, com a intenção de implementar a primeira fase do regadio, a feira agrícola transfronteiriça, construção de uma praia fluvial, rota das adegas e dos lagares de azeite, festival gastronómico de Riba Coa, festival de teatro amadores, escadarias da Marofa, avançar de uma vez por todas com o centro escolar e orçamento participativo jovem". Em dois mil e vinte e três e ali teria voltado a citar " num período de grande incerteza associada à invasão da Ucrânia pela Rússia, apresentava-nos como prioridades, coerência, verdade, rigor, transparência, robustecer a economia local, atrair fluxos turísticos, e nas Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e três, programa de medidas de apoio à emergência social, legalizar a barragem de Santa Maria de Aguiar, reabilitação do talude para que se possa implementar a primeira fase do regadio, organizar a feira agrícola em simultâneo com as festas da vila, construção de um parque de lazer e de uma praia fluvial na barragem de Santa Maria de Aguiar, requalificação do miradouro da Marofa, miradouro do Alto da Sapinha, requalificação do passeio ribeirinho e posto de turismo de Barca d' Alva, rota das adegas, lagares de azeite, festival gastronómico de Riba Coa,

recriação histórica da batalha de Castelo Rodrigo, adaptação do projeto do centro escolar às reais necessidades da comunidade escolar e orçamento participativo jovem". Em dois mil e vinte e quatro e tendo voltado a citar " altura conturbada com uma crise política nacional e teria como prioridades, a verdade, rigor, transparência, apoio ao tecido empresarial local, requalificação da oferta turística, e nas Grandes Opções do Plano o programa de medidas para a emergência social, realizar as necessárias obras na barragem de Santa Maria de Aguiar para que se implemente a primeira fase do tão necessário e almejado regadio, realização da feira agrícola transfronteiriça, construção de um parque de lazer e de uma praia fluvial na barragem de Santa Maria de Aguiar, requalificação do miradouro da Marofa, miradouro do Alta da Sapinha, requalificação do passeio ribeirinho de Barca d' Alva, recriação histórica da batalha de Castelo Rodrigo, adaptação do projeto do centro escolar às reais necessidades da comunidade escolar e orçamento participativo jovem". Esclareceu que não se estaria a repetir e que aquilo seria o que estaria previsto para dois mil e vinte e quatro, tendo também pedido desculpa por mais parecer um disco riscado, mas que iria avançar. Assim sendo destacou que a receita estaria escolhida, e que obviamente aquela seria a posição daquele executivo municipal e o seu entendimento do que poderia valorizar o concelho, mas que no entender do Senhor Deputado estaria mais uma vez desligada da realidade. Salientou que haveria um conjunto de eventos importantes, mas que se encontrariam completamente desligados, pois na sua opinião não existiria um fio condutor nos eventos da cultura e que os impactos seriam muito limitados no tempo, tendo questionado o que é que ficaria na semana a seguir das amendoeiras em flor, das festas da vila, da recriação da batalha histórica, no mês a seguir, seis meses a seguir, se teríamos turismo, quanto tempo ficariam os turistas, onde é que permaneceriam alojados, que dinheiro é que deixariam ficar no concelho, pelo que o impacto seria muito reduzido. Por outro lado, julgaria que faltariam medidas concretas para o comércio, serviço e indústrias, pois praticamente todas as medidas estariam associadas à agricultura, e que haveria mais para além disso. Mais evidenciou, que se teriam usado ali naquele Orçamento uma série de chavões, tais como transição energética, conectividade digital, combate às alterações climáticas, atividade ambiental, mas que não haveria encontrado ações concretas, todavia ter-se-ia deparado com obras em edifícios públicos, pelo que haveria pedido ajuda para que se conseguisse concretizar alguma situação mais. Também mencionou que, o Senhor Presidente da Câmara Municipal teria optado novamente, por não dizer aquela assembleia para onde iriam 10% do Orçamento que estariam nas rúbricas Outros, o qual com certeza se iria tornar a encontrar em breve, tal como já haveria acontecido no ano passado. Assim sendo referiu, que quando apareceriam fatias muito grandes para a maior parte dos habitantes em Figueira de Castelo Rodrigo, tais como €20.948.000,00 (vinte milhões novecentos e quarenta e oito mil euros), poderia parecer muito dinheiro, mas que equivaleria a €4.000,00 (quatro mil euros) por habitante, e como tal seria interessante perceber ao final de dois mil e vinte e quatro, se a vida de cada habitante no concelho haveria melhorado ao nível daquele montante, ou se o investimento que teria sido realizado no valor de €4.000,00 (quatro mil euros) por habitante, onde é que estaria e de que maneira é que seria visto. A par disso, referenciou que teria sido ali discutida a questão da saúde, dos médicos e da situação no Serviço Nacional de Saúde, num concelho que teria trezentos e oitenta e cinco idosos por cada cem jovens,

pensaria que a preocupação teria de ser naquele sentido, o que na sua opinião seria ótimo, tanto que na última sessão da assembleia municipal se teria falado no investimento da escola, e em que a verba a ser transferida seria precisamente igual à do ano anterior mas com aumento de custos, pelo que na altura o Senhor Presidente da Câmara Municipal lhe haveria dito que seria boa gestão, mas que no seu entendimento não seria de esperar resultados diferentes com verbas iguais.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Municipal, tendo perguntado se mais algum dos Senhores Deputados pretendia inscrever-se para intervir naquele ponto, não tendo havido mais nenhuma inscrição, e, de imediato dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo-lhe sido dada a palavra.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse, que seria com todo o gosto que responderia ao Senhor Deputado Carlos Almeida, mas também ao Senhor Deputado João Quadrado. Assim teria começado por responder ao Senhor Deputado Carlos Almeida, relativamente à questão de emendar o erro quanto ao caminho para a freguesia de Almofala e de Vermiosa, porque provavelmente os anteriores executivos não o haveriam feito precisamente pelo mesmo motivo que não se poderia fazer atualmente, o qual passaria pelo facto de que os caminhos rurais não poderiam ser alcatroados, pois estaria proibido por lei, e que provavelmente poderia ter sido aquele o motivo, mas que com aquilo não estaria a dizer que não merecessem levar alcatrão, apesar de na sua opinião o que mereceria levar, e que durante oito anos não teria levado nenhum haveriam sido as principais artérias de Figueira de Castelo Rodrigo, às quais aquele executivo municipal estaria a dar prioridade. Salientou ainda que quem andasse pela Vila poderia constatar, que desde que teriam sido realizados os melhoramentos nas avenidas ao nível do betuminoso, nunca mais ninguém haveria metido um metro de alcatrão, quer tivesse sido na Avenida 25 de Abril, Heróis de Castelo Rodrigo ou Doutor Francisco Sá Carneiro, e como tal já se estariam a fazer as medições necessárias para que se melhorasse o piso, e se fizessem aquelas pinturas em que já se teria acusado o Governo anteriormente de não as efetuar. Mais disse que haveriam sido oito anos sem ter tido nenhum tipo de manutenção, mas que com aquele executivo se iria olhar para aquela situação, tanto que no próximo ano, e que quando começasse a melhorar o tempo, Figueira de Castelo Rodrigo iria ficar com o piso muito melhor, através da colocação de uma camada de betuminoso e da sinalética horizontal também.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo dado de seguida a palavra ao Senhor Deputado Carlos Almeida, após este a ter solicitado.-----

-----O Senhor Deputado Municipal afirmou que outros caminhos teriam sido alcatroados, designadamente o que ligaria Vilar Torpim à Vermiosa, o que existiria entre a Vermiosa e a Reigada, mas também o que faria a ligação entre Vilar Torpim e o Colmeal e, igualmente o que haveria entre Nave Redonda e Vilar Torpim.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Municipal, tendo dado de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prosseguir com a sua intervenção.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal aproveitou para responder ao Senhor Deputado Municipal Carlos Almeida, para lhe dizer de que aqueles seriam outros tempos, outras regras e outras leis, mas que presentemente não poderia ser e que não seria ele que o diria, porque por sua vontade seria mais um investimento e necessário, só que ninguém quereria estar a violar aquilo que seriam as leis atuais. Mais explicou que na altura em que teriam sido arrançados os caminhos referidos anteriormente, existiria um programa que se chamaria Agris, o qual serviria para compor caminhos agrícolas e que lhe meteriam alcatrão em cima, mas que se estaria a falar de há vinte anos atrás, e que atualmente não se poderia fazer aquilo. Por outro lado também destacou o facto do Senhor Deputado ter dito, tal como ele próprio o teria referido, de que para a oposição o orçamento seria menos bom ou mau e que para a posição seria sempre bom, e que assim estaria a fazer a passagem para aquilo que o Senhor Deputado João Quadrado haveria proferido. Nessa perspetiva haveria começado por perguntar ao Senhor Deputado, se teria percorrido e vivido no concelho, se haveria visto ou não os melhoramentos quer fossem ao nível da obra física, do apoio social, da qualidade dos eventos, tendo-o ainda questionado de que qual teria sido o executivo, começando no anterior, que nos primeiros dois anos teria feito tanto em obras, apoios e qualidade de eventos. Ressalvou que iria ficar por ali, mas que se lhe conseguisse responder que o dissesse.-----

-----O Senhor Deputado Municipal tomou a palavra para dizer, que seria como o que estaria a utilizar para reciclar presentemente como por exemplo a Academia Sénior, o Cartão de Saúde e a recriação da Batalha de Castelo Rodrigo, pois tudo aquilo teria sido realizado no anterior executivo e que estaria a ser novamente utilizado.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, de imediato e tendo-se dirigido à Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal teria voltado novamente a perguntar, nos primeiros dois anos de mandato de todos os executivos que já haveriam exercido funções, qual é que teria realizado mais obras, feito acontecer e efetuado eventos com qualidade que não seriam festinhas, tanto que poderia ali enunciar os defeitos todos, tal como o seu executivo também os teria nos eventos que realizaria mas que tentaria melhorar. Mais disse que aquilo que o anterior executivo haveria feito nos seus primeiros dois anos de mandato, teria sido despedir mais de quarenta pessoas da Casa da Cultura, tendo solicitado que se comparasse, que se fosse aos livros da história e se consultassem as atas. Assim sendo, haveria aconselhado o Senhor Deputado João Quadrado que andasse pelo concelho, pois aquele executivo municipal já teria feito aquilo que o anterior executivo não haveria conseguido fazer, tanto nas Piscinas Municipais, no Centro Interpretativo da Batalha de Castelo Rodrigo, no restaurante em Castelo Rodrigo, na rotunda da Marofa nem de pagar, as quais ter-se-iam realizado em apenas dois anos. Aproveitou ainda para salientar, e que aquilo serviria para aquela câmara municipal mas também para outras, pois quando um executivo assumiria funções, os primeiros dois anos seriam para conhecer a casa, ter conhecimento dos dossies, elaborar projetos e no fundo haver uma adaptação à casa. De seguida também teria aconselhado o Senhor Deputado João Quadrado, que se não quisesse andar nas ruas ou ir aos eventos andariam por aí os boletins municipais, os quais espelhariam aquilo que seria a dinâmica daquele executivo. Contudo esclareceu, que os projetos que haveria referido anteriormente e que não

teriam sido feitos, dever-se-ia ao facto do governo do partido que representaria ou da sua bancada, uma vez que não saberia que seria militante, e naquilo que diria respeito ao regadio e que competiria ao município, mas como o Senhor Deputado teria estado distraído durante a Assembleia, haveria dito que o projeto já estaria concluído e pago em menos de dois anos, e como tal quem teria falhado haveria sido o governo. Relativamente ao Centro Escolar explicou que a falha teria sido do anterior executivo, porque se haveriam candidatado ao Portugal 2020 através da CIMBSE - Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela só que teriam perdido as verbas, pois apesar do projeto ter sido concluído não haveria lançado o procedimento para que se lançasse o concurso, apesar de ter salientado que quando teria chegado ao executivo municipal haveria tentado reverter a situação, mas que não teria tido sucesso. Mencionou ainda que, o pouco dinheiro que se haveria ido buscar para o canil municipal já estaria devolvido à CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, mas o facto é que as obras já estariam terminadas e haver-se-ia conseguido reaver as verbas. Mais disse que poderia dar ali mais exemplos, mas que se o Senhor Deputado Municipal lhe conseguisse responder aquela pergunta que lhe haveria feito, até para conhecimento de todas as Senhoras e Senhores Deputados mas também para que ficasse em ata, gostaria que lhe desse uma resposta. Reiterou igualmente que Roma e Pavia não se teriam feito num dia, mas que aquilo que se haveria executado aquele executivo municipal sentiria muito orgulho, e que o Senhor Deputado como figueirense também o deveria sentir, por aquilo que já se veria realizado e que estaria completamente estagnado e parado. Ressalvou ainda que, não se poderia pedir a um executivo que fizesse em dois anos aquilo que não teria sido feito em oito.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo dado de seguida a palavra ao Senhor Deputado João Quadrado.-----

-----O Senhor Deputado Municipal disse, que como moraria no concelho se conseguiria aperceber do que se passaria, pois falaria com as pessoas, iria ao café e ao supermercado, e que obviamente teria noção daquilo que teria sido feito, pois haveria sido inaugurado o Centro Interpretativo da Batalha de Castelo Rodrigo, as obras da piscina, do chafariz dos Pretos, e que estaria para muito próximo a inauguração do canil municipal, mas que na sua opinião seriam tudo estruturas que já existiriam em parte ou no seu todo, mas que teriam uma placa com o nome do atual presidente da câmara municipal. Assim sendo aproveitou para perguntar, se seria com aquela receita que o executivo municipal pretenderia ter alterações e mudanças, se seria com aquela receita e voltar-se-ia ao início daquela assembleia municipal que pretenderia cativar pessoas, pois atualmente existiria o problema com a falta de médicos e que dali por dois a três anos iriam ser os professores e outros técnicos, tanto que haveria dito ali que teriam saído pessoas em mobilidade e, que portanto seria difícil atrair pessoas não só para a câmara municipal mas também para as empresas, as quais se queixariam exatamente do mesmo, só que no entanto se continuaria com a mesma receita, a qual passaria pela política de betão, e que não seria com isso que se iriam atrair pessoas.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Municipal, tendo dado de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, após este a ter solicitado.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu, que tão importante seria a política de betão como a política social e de desenvolvimento, e que se o Senhor Deputado João Quadrado teria a noção de que aquilo que haveria sido feito já não teria sido mau, e que estaria pago. Realçou ao Senhor Deputado poderia dizer mais mas que seria melhor ficar-se por ali, tendo-o aconselhado a ir ver a revista, na qual iria encontrar muito mais do que haveria referenciado. A par disso explicou, que o executivo municipal só teria terminado aquilo que haveria sido começado, que andaria há anos por se fazer e que até envergonharia Figueira de Castelo Rodrigo. De seguida perguntou, se não acharia que se teria que reabilitar aquilo que estaria mal, e que pelo contrário só deveriam ser apresentados projetos novos os quais também existiriam, mas que se calhar no final de dois mil e vinte e quatro poderia que mudasse de opinião. Por outro lado também teria lembrado todos os presentes, do frio que haveriam passado naquele pavilhão aquando da realização da primeira sessão daquela assembleia municipal, porque o ar condicionado não estaria a funcionar, tendo aproveitado para informar que teriam sido gastos €12.000,00 (doze mil euros) na sua reparação, e que como na entrada choveria lá dentro o pladur estaria abatido há meses, que as crianças tomariam banho de água fria no estádio municipal, tanto que teria sido preciso meter lá equipamento novo, e que presentemente ainda choveria na Casa da Cultura ao lado da máquina do cinema, mas que se continuariam a realizar as suas sessões, e que também iria ser arranjado. Quanto às Piscinas Municipais referiu que teriam estado fechadas quatro anos, salvo o erro, mas que aquele executivo municipal haveria resolvido o problema em pouco mais de meio ano. A seguir haveria questionado, quanto tempo é que o restaurante de Castelo Rodrigo se teria mantido naquela vergonha em que se encontraria, em que o atual executivo teria tido a necessidade de alterar o projeto, uma vez que estaria tão mal feito que quem estivesse a jantar no restaurante não conseguiria ver Castelo Rodrigo, mas que agora já se iria entrar na segunda fase e acabar o projeto. Também falou do centro de acolhimento empresarial e do facto de ter sido inaugurado à pressa, mas que na realidade precisaria de ser terminado uma vez que só existiriam as paredes, e que naquele sentido teria necessitado de eletrificação total interna, da colocação do PT - Posto de transformação e passagem de electricidade para lá que não existiria, bem como precisaria de uma entrada digna, pois teria lá um portão que nem para o pior prédio de Figueira de Castelo Rodrigo o queria, porque mais se pareceria com a entrada de um curral. Portanto salientou que tudo aquilo haveria sido feito, só que às vezes ou não se veria ou então não se queria ver, mas que teria dito ao Senhor Deputado João Quadrado que ele poderia não ver, mas que quem conseguiria ver seria o povo. Mais destacou que aquele não seria o melhor orçamento do mundo, e que a política se sobressairia sempre como sendo a arte do possível, mas que com o qual se iria provar, a não ser que depois também não o quisesse ver, no final de dois mil e vinte e quatro os avanços que o concelho iria ter, e que aquilo seria o que poderia garantir. Disse ainda ao Senhor Deputado, que acharia que iria ficar sempre com a sua ideia e, que ele enquanto Presidente da Câmara Municipal iria ficar com a sua, e que por aquele motivo é que seriam diferentes, sendo que o debate seria muito

importante e seria para aquilo que serviria a democracia. De igual modo acrescentou, que nunca teria tido a coragem de ter despedido quarenta e tal pessoas de uma empresa municipal, porque jamais faria mal às pessoas da sua terra, tanto que se esforçar-se-ia todos os dias por fazer o melhor que saberia e poderia bem como o restante executivo municipal, o seu gabinete de apoio e os funcionários da autarquia, para projetar, fazer acontecer, dar melhor qualidade de vida a quem ali residisse e para que houvesse mais desenvolvimento. Relativamente aos apoios sociais ressaltou, que para aquele executivo não seriam promessas, nem empregos na câmara municipal nem para nada, porque haveria por aí no país quem fizesse isso, só que naquele caso o objetivo seria dar sem divulgar, mas que teria divulgado os dados para que todos ficassem descansados. Assim sendo perguntou, qual haveria sido o maior investimento em apoio social no apoio de emergência social e em que ano é que teria sido, pelo que haveria respondido que teria sido em dois mil e vinte e dois, e que o menor haveria ocorrido em dois mil e dezoito. Sublinhou ainda ao Senhor Deputado Municipal que se quisesse mais dados, todos os documentos estariam públicos para quem os quisesse usar. Por outro lado haveria ficado muito admirado, porque a política teria que ter seriedade, mas igualmente a humildade de ver aquilo que estaria a ser feito, tanto que já se teria falado ali na área da saúde. Prosseguiu dizendo que, aquele executivo municipal haveria continuado com o projeto do cartão de saúde, uma vez que se teria achado que seria importante mas também porque ninguém seria irresponsável, principalmente nos tempos em que se estaria, só que o investimento teria aumentado na área do apoio aos cidadãos quanto à área da saúde, em que o maior investimento se haveria registado em dois mil e vinte e dois com €340.645,00 (trezentos e quarenta mil seiscientos e quarenta e cinco euros). Mais disse que iria terminar tal com teria começado, que haveria sempre motivo para se votar um orçamento a favor, para se abster num orçamento ou para se votar contra, mas não ver aquilo que estaria à frente de todos, isso aí é que o espantaria e lhe causaria admiração. Deixou assim à consideração dos presentes, a votação daquele orçamento para dois mil e vinte e quatro.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo dado de seguida a palavra ao Senhor Deputado Carlos Almeida, após este a ter pedido.-----

-----O Senhor Deputado Municipal de imediato e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal ter-lhe-ia perguntado, se saberia como diriam na sua terra a qual seria muito perto da do Senhor Presidente da Câmara Municipal, 'quem há de gabar a noiva', e que seria assim mesmo. Em relação aos tais despedimentos que o Senhor Presidente da Câmara Municipal haveria referido, ter-lhe-ia dito que tal como saberia só teria sido dado cumprimento a uma Lei exarada por um governo do partido da cor a que o Senhor Presidente da Câmara Municipal pertenceria, e que conheceria aquela situação com certeza melhor do que ele próprio.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Municipal, tendo dado de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, após este a ter solicitado.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal aproveitou para esclarecer o Senhor Deputado Carlos Almeida, que os despedimentos não seriam obrigatórios porque as pessoas poderiam ser internalizadas na câmara municipal, e, que aquela é que seria a verdade. Ressalvou ainda que conheceria a lei tão bem como o Senhor Deputado Municipal, tanto que até haveria dado o exemplo da câmara municipal onde trabalharia naquele momento, em que existiriam três empresas municipais e os funcionários teriam sido todos internalizados, à exceção de duas pessoas que haveriam saído porque teriam entendido que poderiam vir a ganhar mais no mundo empresarial. Assim sendo informou que, aquela não seria uma condição nem obrigatório o seu despedimento, pois haveria a possibilidade de internalizar os funcionários. De seguida e tendo-se dirigido, à Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse, que da sua parte que estaria à disposição daquela Assembleia para qualquer esclarecimento, mas que acharia que já teria explicado aquilo que haveria que explicar mas que o ping-pong seria de salutar na política, e como tal se tivesse que dar mais explicações, que estaria ali até à hora que fosse necessário, mas que saberia que não iria mudar a intenção de voto de alguns dos Senhores Deputados e Senhoras Deputadas ali presentes.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo dado de seguida a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Luís Pereira.-----

-----O Senhor Deputado Municipal disse que, apenas iria referir a uma questão lateral, porque gostaria de histórias e que lhe contassem histórias, mas que não gostaria de reescrever a história, pois daquilo que saberia quem teria levado o país à falência, chamado o FMI - Fundo Monetário Internacional e escrito os termos do resgate, haveria sido alguém que naquele dia estaria a entrar no tribunal para prestar declarações, e que teria dito que se consideraria inocentado, tal como o Lula da Silva haveria sido no Brasil. Como tal não se sentiria, pelo menos enquanto militante do PSD - Partido Social Democrata, responsável pelo facto de a lei ter ditado o encerramento das empresas municipais, assim como continuaria a ditar presentemente, e que o Senhor Presidente da Câmara Municipal teria dito e bem, que haveria a hipótese de internalizar, e tanto que teria sido assim que o executivo municipal em funções à época, haveria decidido discriminar entre os funcionários da empresa municipal quais quereria escolher para salvar tendo-os colocado na câmara municipal, e aos outros tê-los-ia condenado a abandonar Figueira de Castelo Rodrigo, pois como se saberia a maioria deles nem sequer morariam no concelho pois teriam feito vida fora, e que infelizmente se haveria perdido a riqueza de se ter aquelas famílias e os filhos daquelas pessoas em Figueira de Castelo Rodrigo, porque haveria sido decidido na altura que assim teria que ser. Disse ainda que se lembraria perfeitamente de uma discussão do Senhor Deputado Carlos Almeida, em que exaltado, e que depois se poderiam ir ver as atas porque naquela altura seriam transcritas, teria falado em primos e noutras situações daquele género, só que infelizmente na altura não teria vingado, porque muito se teria batalhado para que todos tivessem sido salvos, entre aspas, uma vez que não teria havido problemas nenhuns, e, até porque o município viria a acabar por contratar mais pessoas durante o primeiro mandato, do que aquelas que haveriam sido despedidas. Portanto na sua opinião, não teria feito qualquer sentido o que haveria sido concretizado, e que teria sido a bem de um

grande prejuízo para todo o concelho o que haveria acontecido. Quanto ao Orçamento referiu que obviamente, aquele seria o Orçamento de alguém que estaria numa posição de poder e a comandar os destinos do concelho, para os próximos anos e outros vindouros certamente, o que não iria agradar a todos. Por outro lado lembrou, que no passado nunca os membros eleitos pelo PSD - Partido Social Democrata naquela assembleia, haveriam votado contra nenhum orçamento que tivesse sido ali presente pelo Partido Socialista, não obstante, tivessem sempre criticado algumas das iniciativas apresentadas, mas que constantemente haveriam suportado o Orçamento com a abstenção pelo menos, e que os primeiros Orçamentos até teriam passado com aprovação do próprio PSD - Partido Social Democrata, pelo que a cada um depois ficaria na consciência que tivesse. Mais sublinhou que aquele seria o Orçamento possível, e que esperaria que o Senhor Presidente da Câmara o executasse, porque um orçamento da grandeza de €20.000,000,00 (vinte milhões de euros) num concelho como o de Figueira de Castelo Rodrigo, em que teria recordado que os orçamentos rondariam os €4.000,000,00 (quatro milhões de euros), e que com os quais se haveria feito o cais turístico de Barca d'Alva, reconstruído Castelo Rodrigo, construído as piscinas em Castelo Rodrigo, as piscinas municipais em Figueira de Castelo Rodrigo, entre outras obras, as quais se encontrariam por todo o concelho. Assim sendo, se o executivo municipal conseguisse um orçamento com quase €21.000,000,00 (vinte e um milhões de euros) e não de €20.000,000,00 (vinte milhões de euros) como haveria referido anteriormente, o que é que o concelho não seria dali a um ano ou dali a quatro anos se multiplicasse aquele valor. Naquele sentido o Senhor Deputado teria dito, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que metesse as mãos à obra, que os membros eleitos pelo PSD - Partido Social Democrata naquela assembleia estariam ali para o apoiar.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Municipal, sendo que de seguida foi colocada a proposta à votação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por maioria dos votos dos membros presentes, com dezasseis votos a favor da Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Sandra Monique Beato Pereira, da Senhora Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Anabela Saraiva Pinto Coelho, do Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Rui Miguel Marques Inácio, da Senhora Presidente de Junta da Freguesia da União de Freguesias de Algodres, Vale de Afonsinho e Vilar de Amargo, Ana Isabel Saraiva Marques, da Senhora Deputada Municipal, Ana Filipa Gomes Paiva Ribeiro, do Senhor Deputado Municipal, Bruno Miguel Aguilar Silva, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia, Carlos Alexandre Canotilho Coelho, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mata de Lobos, João Ricardo Sousa Almeida, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Figueira de Castelo Rodrigo, José Manuel Lourenço Ferreira, do Senhor Deputado Municipal, Luís Ricardo Beato Pereira, da Senhora Deputada Municipal, Maria de Lurdes Lopes Mendes Pereira, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Escalhão, Mário Francisco Macias Pinto, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Almofala e Escarigo, Nuno João Pimentel janeiro, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Colmeal e Vilar Torpim, Nuno Miguel Ferreira Garcia

Seixas, da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Rodrigo, Olga Cristina Russo dos Santos e da Senhora Deputada Municipal, Patrícia Daniela Gouveia Ferreira, com seis votos contra do Senhor Deputado Municipal, Carlos Manuel Gonçalves Almeida, da Senhora Deputada Municipal, Cristiana Amélia Nunes Mendes, da Senhora Deputada Municipal, Daniela Marisa Panta Nunes Montes, do Senhor Deputado Municipal, Henrique Manuel Ferreira da Silva, do Senhor Deputado Municipal, João Pedro Ruas Quadrado e da Senhora Deputada Municipal, Zélia Emília Salvado da Costa Morgado.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de seguida deu a palavra ao Senhor Deputado Henrique Manuel Ferreira da Silva para que que fizesse a sua intervenção.-----

-----O Senhor Deputado Henrique Manuel Ferreira da Silva fez a sua intervenção, tendo começado por cumprimentar todos aqueles que não teria tido a oportunidade de o fazer quando se haveria iniciado aquela assembleia, mas igualmente a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, a Digníssima Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-Presidente e Vereadores, os Senhores Deputados Municipais, os Senhores e as Senhoras Presidentes de Junta de Freguesia e demais Público. A seguir e na sequência da informação ou da comunicação do Senhor Presidente da Câmara, de que o Orçamento agradaria a uns e não a outros, referiu que naturalmente seria o Orçamento do poder que estaria na câmara municipal e que tal seria respeitado, como também se teria que respeitar o voto de não aceitação por parte das Senhoras e dos Senhores Deputados do Partido Socialista naquela assembleia. Mais salientou que uma das razões para aquele sentido de voto, haveria passado pelo facto, de que teriam gostado de terem visto no Orçamento algumas das propostas que os Vereadores do Partido Socialista teriam levado à reunião de câmara municipal, mas que se compreenderia que quem iria gerir as verbas, seria o atual executivo o que iria ser respeitado, contudo aquela teria sido a razão do voto de não aprovação.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Municipal, e de imediato e no seguimento do repto que o Senhor Presidente da Câmara Municipal haveria lançado no início daquela sessão, expressou que gostaria de colocar à consideração daquela assembleia, em conjunto com outras forças vivas do concelho a organização de um protesto contra o estado da saúde no só no concelho mas também no distrito, e como tal gostaria de colocar à consideração de todos os membros presentes a aprovação daquela iniciativa ou não. De seguida questionou os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma intervenção quanto aquele assunto, sendo que pela ordem de inscrição deu a palavra à Senhora Deputada Patrícia Ferreira para que fizesse a sua intervenção.-----

-----A Senhora Deputada Patrícia Ferreira aproveitou, aquela oportunidade para sugerir um voto de louvor ao executivo pelo empenho, dedicação e garantia dos cuidados de saúde aos munícipes, com a contratualização do seguro de saúde, a parceria com a Fundação Álvaro de Carvalho e a luta incessante que tem assumido na reivindicação pelo bom funcionamento do Centro de Saúde de Figueira Castelo Rodrigo. Em tempos como os que se viveriam, em que teria um governo empenhado em destruir, como foi dito o Serviço Nacional de Saúde, seria louvável a gestão autárquica da nossa como a nossa.----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção da Senhora Deputada Municipal, tendo-lhe dito que iria ficar registada a sua intervenção. De seguida, e, igualmente,

pela ordem de inscrição deu a palavra ao Senhor Deputado Henrique Silva que fez a sua intervenção, dizendo que naturalmente a bancada do Partido Socialista estaria disponível para aquela ação em defesa da saúde no concelho e no distrito, e que naquele aspeto estariam disponíveis para participar, à semelhança do que haveria acontecido aquando do movimento de não encerramento dos correios, e que naqueles termos evidentemente que aceitariam.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Henrique Silva, e de seguida, e, igualmente, pela ordem de inscrição deu a palavra ao Senhor Deputado Carlos Almeida que fez a sua intervenção, referindo que aquele protesto teria de ser realizada naqueles termos exatamente, e não nos termos de que o atual governo estaria empenhado em destruir, porque efetivamente não estaria, e quando muito poderia estar com dificuldades em melhorar, agora empenhado em destruir, essa seria demais.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Carlos Almeida, e de seguida, e, igualmente, pela ordem de inscrição deu a palavra ao Senhor Deputado João Quadrado que fez a sua intervenção, tendo aproveitado para questionar já que existiriam juristas na sala, se seria possível votar uma proposta que não estaria na ordem de trabalhos.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado João Quadrado, pelo que de seguida lhe teria respondido que não haveria problema, desde que todos os membros ali presentes concordassem, o que já teria percebido que sim, a não ser que quisessem que se votasse primeiro a inclusão daquele ponto na ordem de trabalhos.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à consideração da assembleia a inclusão na ordem de trabalhos a organização de um protesto contra o estado da saúde no concelho e no distrito. Colocada à votação a inclusão daquele ponto na ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

### -----**3.14. Aprovação da organização de um protesto contra o estado da saúde no concelho e no distrito.**-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de imediato colocou à votação dos Senhores Deputados a organização do protesto, tendo sido aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes.-----

-----Mais informou a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, que depois se faria chegar o dia, a hora e a forma de como aquele protesto iria acontecer.-----

-----De seguida a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu a presença do público, que entretanto se teria juntado aos presentes naquela assembleia numa fase já mais tardia, pelo que saberia que haveriam gostado de ter feito alguma intervenção, porque os temas seriam do seu interesse, tanto que os teria visto a levantar o braço, mas na verdade o período de intervenção do público seria no início, pelo que os teria convidado a estarem presentes na próxima sessão, e quem soubesse até voltarem a pegar nos temas que hoje teriam ouvido, e fazerem depois as suas intervenções na próxima assembleia municipal. Disse ainda que naturalmente quase todos se iriam

reunir novamente naquele dia, mas para quem não estivesse presente, teria desejado umas festas felizes com saúde, acima de tudo. Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para dizer umas últimas palavras, haveria desejado uma muito boa-tarde a todos, que tivessem umas festas felizes e um até já a quem se fosse juntar mais dali a pouco.-----

-----**Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel Martins Condesso, referindo que** não iria falar relativamente ao assunto que teria sido aprovado no último ponto da ordem de trabalhos, uma vez que posteriormente se iria articular com a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, e por quem viesse a indicar das duas bancadas. Mais disse que como se estaria em época natalícia, que queria naturalmente agradecer à Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, à Mesa, ao Senhor Vice-Presidente, aos Senhores Vereadores, às Senhoras e Senhores Deputados Municipais, ao Público presente, a forma cordial como teriam decorrido as assembleias municipais, inclusivamente a que estaria a decorrer na troca de ideias e no debate que seria de salutar democrático. Também sublinhou que como se estaria no período de Natal, não poderia sair daquela sala sem desejar a todos, sem exceção, um Feliz Natal o qual trouxesse tudo de bom para todos os presentes e para as suas famílias, tal como desejaria à sua, e que portanto fosse um Natal com muita saúde, porque já se haveria percebido que efetivamente com os problemas que existiriam na área da saúde, seria melhor que ninguém tivesse que recorrer aqueles serviços. Assim sendo, teria desejado com sinceridade votos de boas festas, com muita saúde e que o ano de dois mil e vinte e quatro fosse um ótimo ano para todos, especialmente para quem estivesse presente naquela sala, para os cidadãos do concelho, bem como para o seu desenvolvimento, tendo sido aquelas as suas palavras finais.-----

-----Mais deliberaram os membros que compõem a Assembleia Municipal por unanimidade de votos dos membros presentes, que a presente ata fosse aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 50.º, do Regimento da Assembleia Municipal e do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro. -----

-----Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou encerrada a sessão, quando eram dezoito horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim, Lucília de Jesus Patrício Velho, Técnica Superior da Câmara Municipal, que a secretariei e redigi, e pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, Sandra Monique Beato Pereira. -----